

SESSÕES DO PLENÁRIO

51ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 10 de Junho de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO YULO OITICICA (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Reinaldo Braga, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

Há sobre a mesa um requerimento: (Lê) “*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma **Sessão Extraordinária**, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: Projeto de Lei Complementar nº 120/2014, Projeto de Lei nº 20.859/2014, todos do Poder Executivo.*”

Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Deputada Ângela Sousa, comunicando sua ausência na sessão do dia 28/05/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Deputado Joseildo Ramos, comunicando sua ausência na sessão do dia 24/04/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Deputado Marquinho Viana, comunicando sua ausência na sessão do dia 14/04/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Marquinho Viana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Sr. Presidente, nobres deputados, venho, hoje, à tribuna desta Casa para divulgar e informar as ações da nossa região. Em Barra da Estiva, por exemplo, o prefeito Dinho, como é chamado carinhosamente pelo povo de Barra da Estiva e como é mais conhecido, vem fazendo um grande trabalho naquele município. Ele vem cumprindo e seguindo a orientação da ex-prefeita dona Lúcia, que administrou aquele município por oito anos. Com uma parceria e dando seguimento àquela administração, ele vem desenvolvendo um trabalho, realmente, excepcional naquele município.

No último final de semana, por exemplo, foi inaugurado um posto de saúde e seis barragens na região mais seca do município, a região de caatinga, como é mais conhecida. Também inauguramos a pavimentação do Bairro das Nações. Tivemos a pavimentação de sete ruas, a construção de uma unidade saúde naquele bairro, atendendo mais de 1.500 famílias, e a iluminação da Avenida São Bento e parte da BA-142.

Nobre presidente, através do Programa Mais água foram feitos também 76 barreiros, que são aqueles buracos que se faz no chão para armazenar a água no período de chuva, para atender à população e também ao consumo animal nas regiões, principalmente nas regiões onde chove menos, como é o caso da região de caatinga, sobre a qual acabei de falar. Em diversos outros povoados também houve a instalação de 25 sistemas de água, inclusive já inauguramos alguns. Desse modo, esse programa atendeu e continua atendendo algumas comunidades que não tinham água potável, água de qualidade para consumir.

Nobre presidente, quero dar, o exemplo do distrito onde eu nasci, Triunfo do Sincorá, e de outro povoado próximo, que é o povoado de Ponto Velho, onde foram

perfurados poços artesianos que rendem 25.000 litros por hora. Esse sistema foi integrado ao que já existia e a população, hoje, não tem mais problema. Mesmo no período da seca, temos o Rio Sincorá que nunca secou, porque é um rio perene. No período de baixa a água, realmente, encurta e temos algumas dificuldades. Então, nesse distrito, hoje, está funcionando todo o sistema de água integrado, atendendo toda a população do distrito e dos povoados, a exemplo dos povoados de Salinas e de Roçado, onde foram perfurados dois poços artesianos, atendendo essas duas localidades com água potável e encanada, dando uma qualidade de vida melhor para a população daqueles povoados.

Quero ainda deixar registrado, Sr. Presidente, que está sendo reformado o espaço onde será instalado o Ponto Cidadão, que é um serviço oferecido à população. Ele não é o SAC, que é mais extenso, mas o Ponto Cidadão atende tão bem quanto o SAC.

Acredito que no próximo mês vamos inaugurar em Barra da Estiva esse Ponto Cidadão, que dará tranquilidade, principalmente nesse período eleitoral, para as pessoas que completarem 16 anos tirarem o documento de identidade e o título de eleitor. Hoje, quase 500 novos títulos deixaram de ser emitidos somente em Barra da Estiva por conta da dificuldade em fazer esses documentos.

Com esse Ponto Cidadão, os moradores, não só de Barra da Estiva, mas das regiões vizinhas, como Ibicoara, Ituaçu e Tanhaçu, terão mais conforto e qualidade de vida.

Era isso que queria deixar registrado hoje, nesta Casa: que o nosso prefeito vem realizando um trabalho excepcional no Município de Barra da Estiva.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador, deputado Carlos Geilson, pelo tempo de 5 minutos.

Aproveito a oportunidade para parabenizá-lo pela entrevista de hoje, pela manhã.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Yulo Oiticica, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, acho que o deputado Zé Neto vive num processo de ficção, num processo irreal. Li no *site Bahia Notícias*: “Zé Neto diz que o DEM quer privatizar a Embasa a partir de Feira de Santana e Salvador”.

Eles estão inventando essa mentira, esse descalabro, essa inverdade para usar como pano de fundo de uma cobrança legítima, natural de dois prefeitos, tanto o da capital, ACM Neto, quanto o de Feira de Santana, José Ronaldo. Em Feira de Santana, a Embasa esculhamba, cava as ruas, retira os paralelepípedos, deixa as valas abertas, e muitos acidentes já ocorreram. Agora, vêm com esse discurso furado, demodê, ultrapassado de privatização.

O partido que mais privatiza, hoje, em todos os estados é o Partido dos Trabalhadores, que, de forma cínica, não usa o termo privatizar, e, sim, concessão,

porque não tem coragem de usar o termo correto. Agora, vem o Seu Zé Neto falar em privatizar!

Quando, na verdade, está-se cobrando compromisso dessa empresa, que tem reajustado as tarifas ao dobro da inflação. E, agora, o prefeito de Salvador cobra porque asfalta as ruas e a Embasa, sem avisar, cava valetas e deixa o prejuízo para o município assumir. Quando a empresa é chamada às falas, dizem que ele quer privatizar a Embasa, que pertence ao governo! Vejam que discurso cínico!

Eu posso entrar na casa do deputado Álvaro Gomes e me apossar de sua casa sem a autorização dele?

Pelo amor de Deus! Pelo amor de Cristo! Essa é a mais estapafúrdia... Esse discurso não tem lastro, não tem substância.

Isso mostra o desespero. É tentar ludibriar os incautos, achando que todas as pessoas serão persuadidas com esse discurso mentiroso, fajuto, sem nenhuma base, sem nenhum alicerce.

Vem Zé Neto e aparece em todos os meios de comunicação ao dizer que o outro lado quer privatizar a Embasa.

Agora, como privatizar a Embasa sem passar por esta Casa? Quem pode privatizar a Embasa é o governo do Estado mandando um projeto para esta Casa! Não é o prefeito de Feira de Santana, muito menos o prefeito de Salvador quem pode pedir a privatização da Embasa.

Zé Neto pode enganar um ou outro eleitor incauto. Ele pode, com este discurso, tentar criar uma cortina de fumaça. Mas ele sabe que isto não existe. O que a Embasa tem de cumprir? A Embasa tem a sua função precípua de prestar um bom serviço e não deixar as comunidades do interior, principalmente, sem o abastecimento de água.

Falta água! E não tem nenhuma explicação! Escava-se uma rua e, lá, não faz a recuperação da escavação feita. E quanto aos prejuízos dos proprietários de veículos que já tiveram seus automóveis danificados?

É isto o que quer o prefeito de Salvador, ou seja, chamar à responsabilidade a Embasa. Não se pode viver como aqui, que manda e desmanda, como se o município não tivesse autoridade e como se o município fosse casa de mãe Joana.

Vejam, o que a Embasa quer fazer em Salvador e em Feira é de casa de mãe Joana.

Onde Abelardo manda, Zé Neto manda! Aliás, Zé Neto está acostumado a dar esporro em prefeito e está acostumado em dar esporro em deputado subserviente. Mas prefeito, que se respeita, não aceita esse tipo de imposição! E nós não aceitamos. O que Zé Neto está querendo é mudar o foco.

Os prefeitos de Salvador, Feira de Santana e os prefeitos, que se respeitam, querem que a Embasa cumpra com o seu papel, qual seja, recupere as ruas e avise, também, ao gestor as suas intervenções ou, ao menos, tenha esse respeito, já que o deputado Zé Neto não tem respeito pelos seus pares e pelos prefeitos constituídos pela vontade popular e pela maioria do povo de Salvador e de Feira de Santana.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos. (Pausa.)

Por permuta, concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos. (Pausa.)

Por permuta, concedo a palavra à deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, senhores que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia*, quero, aqui, registrar a minha alegria. Recebi um convite para, amanhã, às 9 horas, participar da inauguração desse metrô misterioso, pois passaram-se tantos anos aí sem ninguém entender o que estava acontecendo. Mas, felizmente, amanhã, com a presença da presidenta Dilma, teremos uma viagem inaugural desse metrô.

Quero, também, dizer ao deputado Carlos Geilson que a prefeitura precisa pagar o que deve à Embasa e não vir, aqui, fazer este discurso, pois todo mundo sabe das dificuldades e dos problemas que a nossa capital tem vivido.

E quem viveu ou quem lembra, há uns 15 anos, por aí, houve toda a tentativa do governo que estava no poder naquele momento, aliado ao prefeito atual, de vender a Embasa. Sabemos que isto não aconteceu, porque a sociedade se levantou.

(Vários deputados se manifestam fora do microfone.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- A sociedade se levantou...

(Vários deputados se manifestam fora do microfone.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- A sociedade...

(Vários deputados se manifestam fora do microfone.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Calma aí. A sociedade se levantou. Houve uma campanha junto com a Igreja Católica, com todos os segmentos da sociedade, porque o então governo da Bahia, os carlistas, queriam vender a Embasa e...

(Vários deputados se manifestam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputada Luiza Maia, tendo em vista a importância do pronunciamento e de ouvi-la, eu gostaria de pedir aos deputados que ouvissem, atentamente, o pronunciamento da deputada.

Com a palavra a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Pois é. Eles estão-se estressando quando a gente fala a verdade.

Mas eu queria, apenas, registrar isso. Vamos ficar atentos. Se for necessário, faremos, de novo o que fizemos. Mas a empresa da água é um bem natural e ela pertence a todos. Logo, ela não pode ser privatizada como estamos vendo toda essa armação.

Também, presidente, fiz uma promessa, qual seja, toda vez que chegasse à tribuna, eu pediria ao presidente desta Casa para colocar em pauta, em nossas sessões, os projetos dos deputados. Gostaria de, mais uma vez, solicitar e pedir aos deputados Zé Neto, Líder da Maioria, e Elmar, Líder da Minoria, que assinem a dispensa de formalidades para que nós voltemos a discutir e a aprovar a PEC do voto aberto.

Acho que o voto secreto não faz mais sentido, pois ele é contrário à democracia e favorece a corrupção e as confusões que nós vimos aqui. Portanto não há por que deputado se esconder atrás do voto secreto! E, mais uma vez, Líder Zé Neto, queria pedir a V.Ex^a fazer o atendimento do clamor da sociedade que, a todo o momento, em todas as manifestações a que nós assistimos até hoje, exige e solicita a implantação do voto aberto em todos os poderes do nosso País. Mais uma vez, está aqui a nossa solicitação para que, realmente, a PEC do voto aberto seja colocada na pauta de hoje.

Digo, também, da minha satisfação e, ao mesmo tempo, faço um apelo, inclusive, a esta Casa para que nós torçamos pelo nosso Brasil e pela nossa seleção. Estamos vendo as aves de mau agouro torcendo contra, ou seja, querendo que o Brasil perca, melhor, a seleção brasileira perca a Copa do Mundo ao fazer uma campanha de que não haveria a Copa. Vai ter Copa do Mundo e esta será um sucesso. A seleção brasileira vai ganhar e nós vamos sair, mais uma vez, com este título, pois uma das marcas da cultura esportiva do nosso País é o futebol.

Neste momento, vemos o quanto incomodamos!

O senhor, deputado Zé Neto, nosso Líder, viu o apelo que eu fiz? Eu pedi para colocar, hoje, na pauta desta sessão, a PEC do voto aberto. Nós estamos precisando fazer este gesto para a nossa sociedade. Eu tinha jurado que, em todos os momentos em que subisse a esta tribuna, pediria ao presidente para colocar os projetos dos deputados na pauta de discussão e votação. Neste momento, estou fazendo mais este apelo ao Líder da Situação e ao Líder da Oposição para que a PEC do voto aberto seja apreciada nesta sessão.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen. (Pausa.)

Por remanejamento, com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, queria, mais uma vez, reforçar o papel que a Embasa cumpre, hoje, em nosso Estado, para levar água para aqueles que mais precisam. Importante ressaltar que, aproximadamente, dos 380 municípios abastecidos pela Embasa, 14 municípios, apenas, são superavitários, ou seja, apenas 14 dão lucro. O restante são municípios dão “prejuízos”. Mas a Embasa e o governo do Estado, tendo as suas responsabilidades com essa questão tão vital para as pessoas, têm levado água para todos os locais do nosso Estado, inclusive ampliando para a área rural.

São cerca de mais de 5 milhões de pessoas beneficiados com o Programa Água para Todos. O governo do Estado tem a clareza de que a privatização da empresa não é o melhor caminho. O governo do Estado tem clareza de que não é possível e não podemos admitir que isso aconteça sob nenhuma hipótese. Nós precisamos, cada vez mais, estimular e fortalecer esta empresa para atender melhor às necessidades da nossa população. São mais de 5 milhões de pessoas beneficiadas com o Programa Água Para Todos.

Queremos dizer que esta ideia de privatização não é, apenas, uma ideia, pois ela se concretizou, aqui, nos governos anteriores ao governo Jaques Wagner quando foi aprovada, aqui, a lei que autorizava a privatização da água da Embasa em nosso Estado. Isso foi aprovado aqui. Só não foi concretizado, porque a população e os setores organizados da sociedade não o permitiram.

Assim quando o governador Jaques Wagner ingressou e assumiu o comando deste Estado, fizemos uma indicação para que esta lei fosse revogada. Posteriormente, foi revogada a lei que permitia a privatização da Embasa.

Portanto, não aceitamos nenhuma iniciativa que tenha, como objetivo, prejudicar a população pobre e carente do nosso Estado. A Embasa tem tido um papel destacado e não pode ser impedida de cumprir com seu papel de levar água para a população rural, para os setores que necessitam e para a população carente. A Embasa continuará cumprindo o seu papel. E a população e o governo não deixarão que o trabalho da Embasa seja prejudicado. Vamos, cada vez mais, fortalecer esta empresa que tanto benefícios tem trazido pela sociedade.

Sr. Presidente, hoje, pela manhã, tivemos, aqui, uma audiência pública da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público para discutir e debater os legados da Copa para o Brasil, a Bahia e a política de esportes do nosso Estado.

Não tenho tempo para abordar esta temática, tendo em vista que falta, apenas, um minuto para terminar o meu tempo. Mas quero dizer, mais uma vez, que aqueles que estão fazendo a campanha contra a Copa do Mundo em nosso País estão prestando um desserviço ao desenvolvimento e estão prestando um desserviço à nossa população.

Eles querem criar a contradição. A contradição é a de que o dinheiro investido na Copa deveria ser investido nas áreas de educação e saúde. Esta é uma contradição que não existe, porque observamos que, de 2010 a 2014, foram investidos R\$ 825 bilhões em educação e em saúde. Quanto à construção dos estádios, foram, apenas, investidos R\$ 8 bilhões e muitos dos quais foram através de financiamento que terá o retorno para o Estado. Portanto não existe essa contradição.

Não posso desenvolver este tema agora, porque o meu tempo é curto. Mas quando tiver um tempo maior, farei um pronunciamento a esse respeito, a fim de mostrar a importância da Copa do Mundo para o nosso País.

Repito, de 2010 a 2014, foram investidos R\$ 825 bilhões em educação e saúde e, na construção dos estádios, foram investidos R\$ 8 bilhões. Mas, em outro momento, farei um pronunciamento mais aprofundado sobre o tema.

Portanto, vamos todos vestir verde e amarelo!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e senhores presentes, em verdade, são dois os temas a serem tratados aqui. O primeiro diz respeito a uma

situação que, definitivamente, se prorroga e chegou ao seu limite: a questão da BR-324.

Preparei, hoje, uma nova representação, a fim de que seja anexada às demais que já se encontram junto à Justiça Federal, inclusive, já no tribunal federal. Já encaminhei inclusive para a Procuradoria-Geral da República mais uma reclamação já que, por mais de 5 meses, infelizmente, sem dar atenção aos reclames que foram feitos, inclusive por mim à própria direção, a Via Bahia passou de todos os limites. Ela vem ultrapassando a nossa tolerância.

Desta feita, para reformar três pontes, ela tem, infelizmente, passado de todas as regras, todas as condições lógicas para a execução de uma obra de engenharia numa via daquele porte, numa via com um fluxo de veículos que existe na BR-324, infelizmente.

Quando saímos de Salvador para Feira às vezes quatro horas de relógio esperando o fluxo que está comprometido nas três pontes que ainda estão sendo recuperadas em obras que já ultrapassam seis meses.

E mais, essas obras estão sendo feitas a passos de tartaruga. Não se trabalha no domingo; não se trabalha à noite, e isso para diminuir custos da Viabahia. Estão diminuindo os custos e estão criando condições insuportáveis para o nosso Estado. Trata-se da BR-324, a mais importante ligação com a capital do Estado.

Nós aqui desta Casa, inclusive, estou esperando o deputado Elmar chegar, já falei isso com o deputado Geilson que temos que conversar sobre esse assunto, peço até que ele possa fortalecer junto à Oposição, que nós façamos a reedição daquele documento feito aqui pelas duas lideranças, por unanimidade, convocando, mais uma vez, a Viabahia para que preste esclarecimentos nesta Casa.

Ainda proponho que a Comissão que foi criada aqui nesta Casa para acompanhamento do contrato da Viabahia, que essa comissão seja reeditada para acompanhar de perto essas três obras que estão sendo realizadas na recuperação, deputado Arimatéia, das pontes que estão aí, infelizmente, há mais de seis meses com essa dificuldade e que tem criado a todos situações inadmissíveis nesse momento.

Eu sou feirense, retorno a Feira de Santana pelo menos três a quatro vezes por semana e tenho visto isso. Nesse caso não temos outra coisa a fazer senão novamente irmos contra o que tem feito a Via Bahia com os baianos.

Quero, inclusive, chamar a atenção do deputado Rosemberg, que fez parte da reunião como Líder do PT, que também possa adentrar a esse assunto, que já tem ultrapassado todos os limites de tolerância do povo baiano.

No mais, quero dizer ao deputado Carlos Geilson que estou hoje a votar um projeto que V.Ex^a reclamou. Tenho vários discursos de V.Ex^a reclamando a regulamentação da região metropolitana de Feira de Santana. E esse primeiro passo tem que ser dado por Salvador, porque não havia sentido regulamentar Feira de Santana e não regulamentar Salvador. Em Salvador não existe nenhum mecanismo que possa trazer administrativamente para a região metropolitana um ente que possa ajudar esta região a se desenvolver.

Este é um momento de debate, eu disse ao deputado Bruno Reis que estou

disposto a conversar com a Oposição para saber quais são as dúvidas, quais são as dificuldades maiores da Oposição com relação a essa temática. Mas tenho certeza e convicção de que esse é um passo decisivo tanto para Salvador como também para Feira de Santana, para que tenhamos mecanismos que possam, evidentemente, garantir uma melhor acessibilidade, melhoria no transporte público, um metrô que possa ter uma administração correlata e com a expectativa de avançar também para as outras cidades da região metropolitana próximas a Salvador. Enfim, de toda uma política integrada que trará para Salvador e também para Feira de Santana um passo decisivo na nossa região metropolitana.

Quero até dizer ao deputado Geilson que ao votar esse projeto de hoje, por ser uma região metropolitana mais antiga, nós vamos reeditar esse mesmo raciocínio, essa mesma compreensão para que façamos a de Feira de Santana, que V.Ex^a, o deputado Colbert e os deputados de Oposição tanto reclamaram aqui por tanto tempo.

Então, é um passo decisivo. Fico à disposição da Oposição, dos deputados Paulo Azi, Bruno e Geilson,...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concluindo, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- (...) se for com relação à questão da paridade, acho que dá para discutir. Vi ali o que V.Ex^{as} colocaram com relação aos 49, acho que dá para darmos uma modelada. Salvador, inclusive no grupo técnico, possui três representações, o Estado tem três e cada município tem uma representação. Salvador, inclusive, com as mesmas representações que tem o Estado. Acho que podemos pensar juntos uma formulação que dê uma situação mais confortável à cidade. Não há nenhum interesse do Estado em suprimir qualquer direito de Salvador, qualquer autonomia de Salvador, e compreendemos que o momento é de discutir esse assunto com maturidade e responsabilidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, *Canal Assembleia*, imprensa escrita, mais uma vez venho a esta tribuna para registrar que hoje tivemos uma audiência pública na Comissão da Saúde e Saneamento desta Casa, quando tratamos de um assunto que a sociedade e até mesmo alguns órgãos do Poder Público não conhecem, a Equoterapia, com a presença da Sr^a Dr^a Cristina Guimarães, psicomotricista das Apae e presidente da Associação Bahiana de Equoterapia; Yuri Guimarães Brito, que também faz parte da instituição, faz relações públicas na Associação Bahiana de Equoterapia, inclusive é um jovem que foi vítima da paralisia cerebral, recuperado dentro desse projeto de Equoterapia, especialista em política estratégica; A Sr^a Liane Oliveira, gestora de projetos sociais e ambientais gerenciados da Petrobras; a Capitã Jordana, que representou o major Adriano da Polícia Montada e a Dr^a Vera Horne, vice presidente da Associação de Equoterapia Nacional.

A equoterapia tem o trabalho de reabilitar ou seja, faz o trabalho social de reabilitação e promoção social e (Lê) “objetiva a integração de pessoas especiais a

fim de reintegrá-las à sociedade, melhorando sua qualidade de vida de forma significativa.

A equoterapia é definida como um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar, nas áreas da saúde, educação e equitação, buscando o desenvolvimento de pessoas com deficiência ou com necessidades especiais.

O método já é realidade em diversos países, como: Alemanha. França e México. A maioria das pessoas ainda desconhece os inúmeros benefícios da equoterapia não somente ao físico, mas também a mente. A audiência foi pensada justamente na tentativa de informar o tema em questão aos baianos.”

Depois que terminamos a audiência, as pessoas ficaram felizes, porque sabemos que a partir de agora, através do Poder Público, e aí vem a importância de termos o apoio como já temos do governo do Estado, que tem sido parceiro, através da própria Polícia Militar. O Exército também é parceiro dessa instituição como também a Petrobras. Esperamos agora avançar para outros municípios, porque hoje esse trabalho só existe em dez cidades do Estado da Bahia e precisamos ampliar. Então, temos que ver a sensibilidade dos senhores prefeitos que vão ter o papel fundamental, e sabemos que em várias partes do Estado da Bahia algumas prefeituras como lá no Sul, como em Vitória da Conquista, Barreiras, também têm como dar um total apoio. E temos certeza, Sr. Presidente, que a partir de agora, depois que chegou ao conhecimento desta Casa, inclusive faremos uma Indicação aos senhores prefeitos de vários municípios, abordando a importância de ser implantado esse sistema de ressocialização que será de grande importância para a saúde daqueles que muitas das vezes estão desenganados pela própria medicina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o próximo orador, deputado Zé Raimundo. Por favor, deputado, seja breve para que a deputada Maria del Carmen também possa usar a palavra.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, ocupo a tribuna neste pequeno expediente para fazer alguns registros, cumprimentando os colegas deputados e deputadas, a imprensa e o corpo administrativo da Mesa Diretora.

Gostaria, Sr. Presidente, de deixar aqui o meu abraço, meus parabéns para os amigos do município de Lagoa Real que completa 25 anos de emancipação política, o companheiro José Carlos, Francisco Olímpio, Itamar Pina, Sebastião, Agnaldo e Badu, companheiro do Partido dos Trabalhadores. Parabenizando essa cidade que é, como todos sabem, detentora das minas de urânio, por isso, expressiva do ponto de vista da economia nacional. Quero transcrever essa moção nos Anais desta Casa. Da mesma forma também deixo aqui, como Líder, a moção em homenagem aos companheiros de Brumado, município que completa agora 137 anos de emancipação política. Meu abraço aos amigos do Partido dos Trabalhadores; aos vereadores José Carlos; Jonas; José Ribeiro; José Carlos Meira; ao nosso presidente do Partido, Luiz

Frederico Rego; também aos companheiros Marizete Pereira; Edmundo Pereira; ao César, do Derba; Dr. Dantes Guedes e ao companheiro José Luiz Ataíde. Uma grande cidade também que progride, se desenvolve, deixo aqui essa moção para ser transcrita nos Anais desta Casa.

Idem também para a moção em homenagem à Mirante, que completa no dia 13 de junho, no Dia de Santo Antônio, 25 anos de emancipação política. E o abraço aos vereadores Juvenildo Rocha, Neuto Jesus Dourado, Wanderly Meira Santos e o nosso querido presidente do Partido dos Trabalhadores no município, companheiro Neto. Além também do presidente do sindicato, o companheiro Lúcio Meira e ainda Luano Meira e Orlando, companheiros amigos do município de Mirante. Deixo também, na mesma linha, as nossas congratulações com os amigos de Itarantim que completa no dia 15 de junho, 52 anos de emancipação política. Um abraço ao nosso vice-prefeito Kleber, do Partido dos Trabalhadores, aos nossos vereadores Ju Rodão e Raimundo do Sindicato. Cumprimento de forma especial a família de Sr. Valmir e Dona Nenzinha, cidade querida de amigos e companheiros.

E finalmente, Sr. Presidente, trago aqui uma Moção de Pesar pelo falecimento de um jovem árbitro da Federação Baiana de Futebol – FBF, também pertencente ao quadro de árbitros da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, o companheiro José Leandro da Silva Nazaré que faleceu no dia 6 de junho. Um jovem que vinha se destacando e, com certeza, faria parte do quadro nacional, com destaque, porque Conquista tem sido um celeiro de árbitros. Já saiu de lá Rosalvo Mota que foi inclusive da Fifa e o companheiro Leandro, com 33 anos de idade, infelizmente um tumor cerebral ceifou a vida desse jovem. Tive o privilégio de compartilhar da sua amizade e de sua família, lutamos, e quero aqui agradecer ao secretário Washington Couto e à Dr^a Suzana e todos os médicos que, através de uma ferramenta do SUS, diga-se de passagem, fizeram de tudo para salvar a vida de Leandro e não foi possível, porque o tumor estava localizado numa região de alta complexidade.

Leandro deixou muitos amigos na cidade de Vitória da Conquista; ele, que foi líder religioso da Juventude Católica, participou de muitas atividades no bairro da Urbis VI, junto com o nosso amigo Fernando Jacaré, presidente da Câmara de Vereadores. E ultimamente Leandro também ocupava um cargo no Disep, da Polícia Civil, tendo deixado essa função para se dedicar exclusivamente à carreira de arbitragem.

Foi homenageado na partida Croácia e Austrália com 1 minuto de silêncio por solicitação do presidente da Federação Baiana de Futebol.

Os nossos sentimentos à família de Leandro, a todos os seus amigos, à associação de árbitros de Vitória da Conquista, que vai fazer, definitivamente, da passagem de Leandro uma presença de solidariedade, de amizade e fraternidade.

O seu enterro foi acompanhado por milhares de pessoas que naquele momento se confraternizaram naquele evento.

Por isso, Sr. Presidente, em tempo hábil, concluo a minha fala desejando a V.Ex^a uma boa condução dos trabalhos nesta tarde, tenho certeza de que votaremos todos os projetos do governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra a próxima oradora, deputada Maria del Carmen, pelo tempo de 3 minutos.

A Sr^a MARIA DEL CARMEN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, ouvimos atentamente alguns discursos anteriores sobre a questão da Embasa. E como trabalho na cidade do Salvador há tantos anos, conheço de perto o que acontecia nesta cidade. Há uma contradição inclusive, quando, em governos passados, na gestão da Prefeitura, diversas figuras da política baiana que pertenciam ao segmento que hoje nos faz oposição nesta Casa agiam – e aí tínhamos convicção absoluta – com a intenção exata de impedir que recuperássemos as vias, destruindo aquilo que existia, fazendo até com que as redes de drenagem fossem as menos importantes, quando falamos das diversas redes que estão implantadas no nosso solo. Seccionando as redes de drenagem para que não houvesse escoamento de água naquele momento em que se implantava o sistema de esgotamento sanitário de Salvador, na década de 90, quando se iniciou a implantação da rede de esgotamento sanitário em Salvador.

E hoje vemos o discurso nesta Casa com posterior perspectiva e tentativa de efetivamente privatizar a Embasa, haja vista inclusive que havia uma lei autorizativa desta Casa que para isso fosse realizado. Chegou-se a tomar empréstimo na Caixa Econômica dando como segurança inclusive a venda da Embasa, a privatização da Embasa, que acabou, pela mobilização da sociedade baiana, dos movimentos sociais, dos diversos segmentos da sociedade organizada, que foram às ruas e levantaram a bandeira e pediram que esse serviço indispensável continuasse sendo público. E, agora, de repente, Sr. Presidente, nós ouvimos aqui os pronunciamentos dessa noite, desta tarde, colocando que nós, do governo do Estado, é que estamos fazendo privatização

Teremos hoje uma sessão longa, possivelmente com diversos debates, e eu gostaria de voltar a esta tribuna para continuar discutindo sobre esse assunto e falar do que a Embasa vem fazendo atualmente no Estado da Bahia e sobre a decisão que está sendo tomada no sentido de criar enormes dificuldades para essa empresa, que foi finalmente saneada e recuperada com a administração do governador Jaques Wagner.

(Não foi revisto pela oradora.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Yulo Oiticica por 25 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente deputado Álvaro Gomes, não posso esconder o prazer, deputado Álvaro, de ter um comunista no comando da sessão

plenária da Assembléia Legislativa neste momento. Falando em comunista, quero lembrara o velho Karl Marx, que dizia que quando uma história se repete ela sempre se repete de forma mais covarde e violenta do que anteriormente. É o caso que acontece agora com a Embasa. Todos nós lembramos de pouco tempo atrás, estou falando de uma década e meia, esta Casa iniciou um processo de tentativa de privatização da Embasa. Foi aprovado aqui pelo desejo do grupo que comandava a Bahia, aquele que dizia que a conduzia no caminho certo. Certamente, para eles, o caminho certo era privatizar os bens sociais, deputado Álvaro Gomes, e entre eles um dos bens mais fundamentais para qualquer vida humana, falo do direito à água. Privatizar a água é transformá-la em mercadoria, e a água é um direito social. Portanto um dever do Estado brasileiro, que deve garantir a água potável e o saneamento básico a todo cidadão.

Após esta Casa aprovar autorização para o governador à época privatizar a Embasa, foi iniciado um processo de votação também de autorização semelhante em todas as Câmaras de Vereadores espalhadas pelo Estado da Bahia. E, naquele momento, um grande levante popular, com participação de vários movimentos sociais, de várias igrejas, inclusive lembro aqui do papel importante que teve D. Itamar Evian, hoje bispo da Arquidiocese de Feira de Santana, vários movimentos sociais, vários partidos de esquerda indo às ruas para dizer não à privatização da Embasa. E foi inevitável o recuo daqueles que comandavam a Bahia no passado.

Ao perceber que o levante popular mobilizava lideranças, movimentos sociais em todo o Estado da Bahia indo às ruas e reafirmando a vontade do povo de que a Embasa continuasse a ser uma empresa pública, portanto que tivesse como dever a garantia do direito social de acesso à água.

É lamentável que volte à baila, neste momento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta discussão. Depois que o governador Jaques Wagner, há sete anos e meio, teve como prioridade um programa que era exatamente a garantia da água a tantos e tantas que não tinham, que foi o programa Água Para Todos. Esse programa, ao final de quatro anos, Peri, você que acompanhou inclusive a formulação dele, a presidenta Dilma o reproduziu para ser um programa nacional entendendo que a água é um direito humano fundamental a todos e todas. E hoje, graças ao governador Jaques Wagner, nós temos, possibilitado pela presidenta Dilma, o Água Para Todos em todo o Brasil, sendo assim uma política de Estado. O Estado brasileiro hoje tem uma política entre as de prioridade essa que garante o direito à água potável, ao saneamento básico a todos os baianos.

Portanto, não tenho dúvida de que, com a vontade do povo comandando o Brasil e a Bahia, com a presidenta Dilma e com o governador Jaques Wagner, que tem a maioria nesta Casa – e com a maioria, na realidade, do presidencialismo bicameral, no Senado e na Câmara dos Deputados – não avançará qualquer tentativa de se privatizar a água.

Acho, inclusive, deputado Marcelino Galo, V.Ex^a que faz esse debate com os movimentos sociais, que os governos municipais têm que deixar de usar, muitas vezes, a leitura da Constituição de forma oportunista. E, com isso, dizer que não é

tarifa do prefeito cuidar da água, cuidar da segurança pública. Deveriam esses, na campanha, dizerem isso em palanque: “Olha, gente, segurança pública, eu prefeito, não será problema meu. Água, eu prefeito, não será problema meu”, entre tantas e tantas outras coisas.

É preciso que se leia a Constituição verdadeiramente pelo que está escrito no seu conceito, mas, sobretudo, no seu contexto. E o contexto da democracia contemporânea é que não só os três entes devem participar do debate, da formulação e da gestão das políticas públicas, mas, mais do que isso, é preciso que – e isso tem acontecido – o movimento social, a partir de suas lideranças e suas mais diversas organizações, participe no dia a dia desse debate. Não só da perspectiva da crítica, da contestação, não de forma despolitizada, mas de forma politizada, coerente e consequente, para que possamos, verdadeiramente, avançar na garantia de direitos sociais.

Quero aproveitar, ainda, Sr. Presidente, para parabenizar o secretário da Cultura do nosso Estado, Albino Rubim. Um secretário que, continuando o trabalho do ex-secretário, Márcio Meirelles, do primeiro governo Wagner, tem pensado a cultura da Bahia como exige a realidade da rica e diversa cultura baiana.

Não podemos pensar, em que pese a sua relevância, a cultura baiana só pelo axé e pelo Centro Histórico de nossa capital. É preciso pensar a cultura baiana respeitando toda a sua diversidade, deputado Bira Corôa, V.Ex^a que vive constantemente a realidade riquíssima do Recôncavo. Essa região que é o centro, a origem da cultura brasileira, de muito do que trouxemos do outro lado do mundo, com a contribuição dos africanos, dos índios.

Portanto, pensar a Bahia com a sua diversa, como disse, e rica cultura, distinta, diferenciada em todos os cantos do Estado é fundamental para nós. E o secretário Albino Rubim, fazendo caravanas, conferências territoriais, conclui todo esse trabalho de consulta popular para um plano estadual de cultura.

Raros são ainda os estados brasileiros que já avançaram no sentido de construir uma política de Estado relacionada à cultura. E o secretário Albino Rubim, volto a dizer, após essa ampla participação, numa democracia direta, com consulta aos movimentos, aos militantes da cultura baiana, prepara e enviará nos próximos dias, certamente, a esta Casa o Plano Estadual de Cultura.

Pela primeira vez iremos gestar a política de cultura na Bahia, nessa perspectiva do plano, para os próximos 10 anos. Portanto, para efetivá-lo nos próximos 10 anos como uma política de Estado, não mais como uma política de governo, ou, melhor ainda, como uma política do secretário A, do secretário B.

Portanto, pensar a cultura nessa perspectiva é fundamental para a Bahia, que é conhecida em todos os cantos do País e fora dele pela sua rica diversidade. Que a cultura baiana não seja só conhecida, como eu disse, em que pese sua relevância, pelo axé da música, do trio elétrico ou do rico Centro Histórico da nossa capital.

Portanto, parabéns secretário Albino Rubim, parabéns a todos os deputados e deputadas que em suas regiões incentivaram, deputada Laudano – V.Ex que também fez para que cada um em sua cidade ajudasse, desse sua contribuição –, para que

tivéssemos a participação direta da cultura local nesse plano estadual.

Mas quero, também, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, falar, aqui, neste momento, da Copa do Mundo. Naturalmente todo o Brasil festejou, com toda ênfase e entusiasmo natural de qualquer nação, no sorteio, ter a possibilidade – portanto a partir do sorteio – a definição de que a Copa do Mundo viria para o Brasil.

Sabemos do trauma de 1950 – deputado Zé Raimundo, V.Ex^a que ainda é um grande atleta do futebol – a idade só o qualifica cada vez mais em campo. Pelo menos é o que todos aqui que têm a oportunidade de praticar esse importante esporte, não genuinamente brasileiro, mas sem dúvida conhecido no mundo pela categoria, pela capacidade e criatividade do atleta brasileiro.

Portanto, todos nós sabemos o que foi – alguns tiveram o prazer em parte e o desprazer de viver a Copa de 50. E viver aquele trauma na final em que o Brasil entrava em campo precisando só do empate, faz um gol e depois de 1x0, acaba tomando dois gols. E o Brasil, assim, em 1950, sendo o anfitrião da Copa do Mundo, deputado João Carlos Bacelar, que não estava em campo nessa época nem estava na torcida, porque era muito garoto ainda, certamente nem no ventre de sua mãe estava. E, infelizmente o Brasil abrigou a Copa do Mundo de 50 mas foi vice-campeão. E todos que viveram aquele momento, meu pai estava no Maracanã, portanto, junto com tantos brasileiros e brasileiras, saíram do estádio e o choro foi a marca de todos eles naquele momento.

Portanto, de lá para cá conseguiu o Brasil se destacar nesse esporte, e ser uma referência mundial. Hoje, ostentando o título da nação que mais tem títulos do campeonato mundial de futebol. Como disse, naquele momento do sorteio, deputado Marcelino, todos se alegraram pela possibilidade da vinda, mais uma vez, da Copa do Mundo de futebol, ao nosso País. Neste momento alguns tentam, de forma despolitizada, trazer esse debate.

Obviamente que, não por ignorância, a sua maior parte, mas de forma proposital querer dizer que é um absurdo o que está se gastando com a Copa do Mundo. Isso deveria ser gasto em educação, saúde e etc. Como se estivesse em jogo fazer investimento ou não na saúde em detrimento de fazer ou não a Copa do Mundo. Volto a dizer, um pouco de ignorância, mas muito de má-fé. Não tenho nenhuma dúvida, deputado Álvaro Gomes, quando antecede, portanto, estamos a aproximadamente 24 horas do primeiro jogo do Brasil e todo brasileiro, toda brasileira, como já era esperado, é contagiado pela Copa do Mundo.

É importante fazer um debate aqui, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, tratando inclusive de números. Porque alguns falam: “era interessante que botasse esse dinheiro na educação, na saúde, fizesse escolas, hospitais.” Quero dizer que nunca antes na história deste País se fez tanta escola, se fez tantos hospitais e se teve respeito diante da comunidade internacional para trazer um campeonato mundial como esse.

O governo federal gastou 9 bilhões com a Copa do Mundo. Quanto gastou a empresa privada? Quanto é gasto anualmente com educação no Brasil? No orçamento da Bahia do ano passado gastou-se quase 2 bilhões com saúde. No próximo ano,

agora em 2015, já discutindo para o orçamento mais de 4 bilhões serão gastos com saúde.

Mas poderia falar, aqui, que o governo da Bahia fez nos últimos 7,5 anos... O Governador Jaques Wagner fez 5 novos hospitais, e já em construção o sexto. O hospital geral, o hospital Roberto Santos não só passou por várias reformas como neste momento duas grandes ampliações. Nunca se fez antes pela saúde neste Estado. Vale lembrar do fatídico hospital que o governador Wagner conseguiu concluir na cidade de Santo Antonio de Jesus. Há 18 anos se construía um hospital no recôncavo baiano! Há 18 anos! Não era por falta de tijolo nem por falta de cimento, era por falta de vontade política ou falta de vergonha na cara de quem comandava a Bahia e dizia que a conduzia no caminho certo.

Portanto, senhores e senhoras, esse é um debate, deputado Álvaro Gomes, que nós temos que fazer com muita clareza e com muita tranquilidade.

Nunca se fez tanto no Brasil e na Bahia. O presidente Lula debatia na semana passada conosco e dizia que nos últimos 12 anos o governo brasileiro colocou mais jovens na universidade do que nos últimos 100 anos que antecederam os 12 anos do governo do Partido dos Trabalhadores nesse Brasil. Mas, se falarmos da Bahia, triste Bahia do passado, a Bahia que tinha uma universidade federal, tinha uma escola técnica. Nós inauguramos a quinta Universidade Federal da Bahia, e com a presença do ex-presidente Lula, no mês passado, aqui em São Francisco do Conde, onde inauguramos uma universidade que vai trazer, exatamente, jovens de países africanos para estudar. Imagine, deputado Zé Raimundo, o Brasil, no passado, trazia jovens negros, fortes e inteligentes para serem escravos, hoje o Brasil trará jovens fortes, inteligentes para voltar como doutor, como tem que ser.

E dizia o ex-presidente Lula que quando o presidente da República do nosso país, ao visitar países do Continente Africano, dizia: “nós não vamos poder pagar o que o Brasil fez com os países africanos, com os africanos, nem com dinheiro, nem com terra, temos que pagar com solidariedade.” E essa universidade é mais um exemplo da solidariedade do governo brasileiro, na perspectiva do pagamento da dívida histórica que tem o nosso País com o povo daquele continente. Isso significa novos dias em nosso País.

Eu sei que a velha elite brasileira está com muito ódio, não é para menos. Deputada Maria Luiza Laudano, eles tinham tanto medo que preferiam chamar Lula de analfabeto, porque tinham medo de debater o projeto de Brasil que Lula representava. E oito anos depois o mundo chama aquele do professor Luiz Inácio Lula da Silva, senão do doutor Luiz Inácio Lula da Silva. Tem título de *honoris causa* da Universidade Federal da Bahia, mas tem da Universidade de Coimbra, tem em universidades espalhadas no mundo inteiro, mais de 50 títulos de *honoris causa*, portanto, podendo ser professor das universidades mais renomadas do mundo. A elite tem que morrer de ódio, de um homem que chega na República e diz que o sonho dele é que todo brasileiro pudesse comer três vezes ao dia, mas que não se contentou com isso, não se contentou com a possibilidade de todo brasileiro e brasileira comer três vezes ao dia, mas disse que tinha que sair do século XVII, portanto, não ter

energia, e possibilitou, a partir daí, que todo brasileiro, e hoje quase todos, tenham acesso à energia.

Imagine, deputada, nós temos hoje computador no quarto, forno de microondas, TV de LED, e imaginem tantos brasileiros e brasileiras não podendo ter uma lâmpada em casa, viviam, portanto, séculos e séculos distantes de nós.

E o presidente Lula não se contenta com isso, e inicia o pagamento da dívida social nesse Brasil. Mas, não só isso. Quantas vezes, deputado Álvaro Gomes, nos reunimos para fazer manifestação contra a dívida externa, contra o FMI, contra a Base de Alcântara, contra a Alca, na lógica do Mercado Comum das Américas para determinar a supremacia do governo norte-americano. E Lula, sem dar um tiro nem um tapa em ninguém, acabou com isso.

Se é para organizar o comércio, vamos organizar o comércio da América do Sul, se é para negociar vendendo os nossos produtos, vamos negociar com os países. E iniciou uma nova lógica na OMC, vendendo, portanto, os nossos produtos para os países asiáticos, potencializando com os países europeus, exportando e vendendo aos nossos parceiros dos países do Continente Africano. Ou seja, deputado Zé Raimundo, iniciando uma nova lógica diante do mundo.

E com isso, hoje, não podia ser para menos, o legado do governo Lula possibilita até hoje, na divisão da ONU, que pensa a fome no mundo, que é a FAO, Grazianno, ex-ministro do presidente Lula, pensando a fome no mundo e a enfrentando na perspectiva de erradicá-la.

O Sr. Zé Raimundo:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. YULO OITICICA:- Com o aparte o deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre deputado Yulo Oiticica, gostaria de parabenizá-lo por este pronunciamento que traz todo um contexto socioeconômico deste mega evento que é a Copa do Mundo. E destacar algumas passagens que V.Ex^a se referiu, essa identidade do futebol com o Brasil. O grande sociólogo e jornalista Mário Filho, que tem o nome do Maracanã, que é irmão de Nelson Rodrigues, escreveu uma obra prima extraordinária, que é *O Negro no Futebol Brasileiro*. Ali está toda a origem do futebol, mostrando que era um esporte de elite. E o povo, sobretudo a classe operária, foi se apropriando. E o sucesso do futebol veio pela participação dos negros. Não só pelo gingado, a capoeira, o jeito malandro, digamos assim, no bom sentido, do brasileiro, mas também pelas cores que há hoje nos estádios e nos campos de futebol. Há uma dimensão antropológica. Assim o futebol tem que ser pensado como parte da alma brasileira.

O outro aspecto que V.Ex^a coloca é exatamente essa agora do presidente Lula, um pouco de continuação da autoestima do brasileiro. Da mesma forma que a Copa do Mundo de 1958 significou a superação do complexo de vira-lata, como dizia Nelson Rodrigues. O Brasil precisa projetar-se. Muita gente não entende porque o Estado do Amazonas tem a Arena do Pantanal. É exatamente para mostrar esse outro Brasil de grande riqueza e grande potencialidade.

Parabéns a V.Ex^a pelo belo pronunciamento que faz, nesta tarde.

O Sr. YULO OITICICA:- Incorporo o aparte de V.Ex^a.

Imagine, nobre deputado, que só na segurança pública baiana foram investidos 100 milhões de reais em equipamentos de inteligência por conta da Copa do Mundo. Algo que ocorrerá por 40 ou 45 dias e para quem ficará esse legado, deputada Maria Luiza Laudano? Para os alemães, holandeses ou franceses? Claro que não! Ficarão para nós, cidadãos baianos. As intervenções urbanas, as melhorias dos nossos aeroportos, pelo amor de Deus! Jesus Cristo já dizia que o pior cego é o que não quer enxergar. E sabemos que há alguns que propositalmente colocam óculos tão escuros que não conseguem enxergar a realidade da Bahia.

Lembrando o irmão de Mário Filho, deputado Zé Raimundo, o saudoso Nelson Rodrigues, tão polêmico, dizia que só os profetas enxergam o óbvio. É preciso que a lente da *Globo* e de tantos outros comece a se ocultar diante da necessidade de cada um compreender o óbvio. E o óbvio é que o Brasil trilha novos caminhos, o caminho que pulsa na perspectiva de uma democracia direta, de uma democracia onde o povo vai para as ruas, sim. E tem que ir para as ruas mesmo. E tem que dizer que é preciso melhorar mesmo, não tenho dúvida alguma disso.

Quero concluir dizendo que temos um governador e que será difícil ser melhor que ele. O deputado Zé Raimundo diz que ele é tão bom, tão bom, tão bom que se mantém um democrata. Mas há alguns que dizem que ele é democrata demais. Nós, deputado Zé Raimundo, temos certeza que melhor que democracia só mais democracia. Só o que pode aprimorar a democracia é a democracia. Não temos dúvidas. Quanto mais democracia mais aprimoramos a que temos.

E é exatamente disso que precisamos. E o governador Jaques Wagner, ontem, na cidade do deputado Zé Raimundo, em Vitória da Conquista, dizia exatamente isso. Dizia que a partir do dia 05 de julho o árbitro apitará essa partida de 3 meses: as eleições diretas. E o governador dizia que ele está preparado e disposto ao bom debate. E será um debate muito bom. Será um debate em que tudo virá às claras. Não só meros conceitos filosóficos da política, mas a realidade concreta dos números, dos mecanismos de controle social, das novas políticas de Estado, não só as pequenas, mesquinhas e corriqueiras. E segurança pública é um debate que muito nos interessa.

Que bom que começamos a ter vários deputados debatendo isso. Eu subia a esta tribuna, deputado Zé Raimundo, na década de 90, para dizer que a atuação de grupos de extermínio tinha crescido, em São Paulo, 39%, numa década. No Rio, cresceu 41%. E na Bahia, 291%. São dados da ONU. Portanto os dados aqui eram maquiados, escondidos. Não eram dados acessíveis. Imaginem que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, sob a minha presidência, teve que ir ao instituto médico-legal de Campinas para pegar lá um estudo que eles faziam, a partir dos institutos médico-legais, do número de homicídios para ter uma ideia. Obviamente, não correspondia precisamente à realidade, mas dava uma ideia do número de homicídios na Bahia, e a partir daí contrapor com os outros estados. E a Bancada do governo da época calava-se, portanto era cúmplice. Ou seja, não só prevaricava com o seu silêncio, mas se calava com a sua cumplicidade.

Hoje não, o governo da Bahia, com o apoio da sua Bancada e, não tenho dúvida, da maioria dos deputados da Oposição. Não tenho dúvida nenhuma, deputado

João Carlos Bacelar, de que V.Ex^a, que é um estudioso e militante da matéria, sabe o que significa um programa como o Pacto pela Vida, que é pensar a segurança pública não só como caso de polícia, mas também como caso de assistência social, de educação, de cultura, de saúde, articulando 16 secretarias, fazendo um debate com toda a cúpula em reuniões quinzenais. E eu represento esta Casa no Conselho Gestor do Pacto pela Vida.

O Sr. Bruno Reis:- De quantas o governador participou?

O Sr. YULO OITICICA:- O governador participa uma vez por mês de reuniões de 5 horas. Estou dizendo porque sou testemunha, mas V.Ex^a pode perguntar ao presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, à defensora pública-geral, ao representante maior do Ministério Público, que também compõe esse conselho, a todos os representantes chefes. O único que não é chefe nesse conselho é o representante desta Casa, porque o presidente Marcelo Nilo me delegou a responsabilidade, como vice-presidente desta Casa, de representar o Poder nesses debates. E são debates extremamente importantes, deputado Bruno, não tenho nenhuma dúvida. O prefeito ACM Neto, inclusive, foi convidado para participar e sabe do que eu estou falando.

Então é pensar segurança pública como política de Estado na transversalidade que tem que ser exercida. Ou seja, com a participação direta de várias secretarias, de secretários de pastas extremamente importantes, pensando segurança pública não só como caso de polícia, mas de política pública: articulação, transversalidade, participação direta de todos. Porque todos ali no Conselho Gestor do Pacto pela Vida, deputado Bruno, V.Ex^a sabe disso, têm responsabilidades diferenciadas, mas todos eles têm responsabilidade. Portanto, não tenho dúvida de que também os deputados de oposição desta Casa concordam em pensar a segurança pública dessa forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PSL/PP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

Convido o deputado Yulo Oiticica, presidente desta Casa em exercício, para assumir os trabalhos.

(O deputado Yulo Oiticica assume a presidência a sessão.)

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, falará por todo o tempo a nobre deputada Maria Luiza Laudano.

O Sr. PRESIDENTE(Yulo Oiticica):- Deputada, V.Ex^a dispõe de até 11 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr Presidente Yulo, minhas queridas colegas e queridos colegas, minhas queridas taquígrafas, imprensa, ouvintes das Galerias Paulo Jackson, ouvintes da *TV Assembleia*, gostaria nesta tarde, Sr. Presidente, de fazer um agradecimento especial ao governador Jaques Wagner, a quem fiz um ofício e fui particularmente levar pedindo que ele fizesse com que o

povo da minha cidade natal, cidade onde resido, que é Pojuca, tivesse a liberdade de entrar e sair do município pagando somente um pedágio: ou de Simões Filho, ou o do Litoral Norte, ou qualquer outro, mas que não pagasse dois pedágios, especialmente aquele localizado no município de Mata de São João, que fica a 800 metros da saída de Pojuca. Hoje, Mata de São João, o deputado João Carlos Bacelar sabe disso, recebe um valor substancial, falam de R\$2 milhões, não sei. E Pojuca tem que pagar aquele pedágio duas, três vezes que passar. Quem conhece Pojuca sabe que lá tem o restaurante Holf, tem também um local denominado Bela Vista, que tem quinhentos e tantos habitantes, tem escola, posto de saúde e as pessoas passam duas, três, quatro, dez vezes ao dia entrando e saindo de Pojuca e têm que pagar esse pedágio.

Quero agradecer não somente ao nosso governador, mas, também, ao nosso vice-governador, ao nosso pré-candidato ao Senado Otto Alencar, ao Líder do meu Partido, o PSD, que, com certeza, também interferiu e muito para que esse problema justo da minha comunidade de Pojuca fosse sanado. O meu povo realmente não merecia isso, deputado. Tenho certeza que o governador deu o sinal verde, mas quero agradecer, também, ao nosso secretário da Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, que sentou à Mesa comigo e com a comissão. Foi uma comissão baluarte que, realmente, trabalhou defendendo os direitos do povo de Pojuca, de todos os estudantes, comerciantes, médicos, paramédicos. Enfim, de toda aquela juventude, de todos que ali habitam para que fossem, realmente, isentados do pedágio.

A segunda reunião que houve já foi para assinar o contrato na presença do nosso vice-governador, do secretário da Infraestrutura, do representante da Agerba e, também, de toda a população. Inclusive a deputada Luiza Maia estava presente com a militância dela, ajudou muito naquele debate, naquelas idas e vindas ao pedágio. E conseguimos, Sr. Presidente, sanar esse problema que estava trazendo sérias dificuldades. Cheguei a dizer que não era possível que, representando aquele município, com uma quantidade substancial de votos, fazendo parte do apoio ao governo, estivesse deixando a minha comunidade sofrendo daquela maneira.

Mas, como disse da vez passada, sou uma deputada que trabalho mais nas reuniões, dialogando, conscientizando as pessoas do sofrimento por que passa uma comunidade, como faço em relação às estradas, à falta de água, o transporte educacional. Acho que o diálogo influi muito, mas cada um tem uma maneira de trabalhar e de ajudar. E, sem dúvida nenhuma, já disse aqui, a deputada Luiza Maia também teve a sua participação e conseguimos resolver o impasse. Todo o povo de Pojuca está grato. Estou aqui como representante daquele município e trago a palavra de agradecimento a toda a equipe que lá sentou e dialogou. Mas queria, especialmente, Sr. Presidente, render as minhas homenagens àquele grupo que passou fome, pediu, foi uma equipe de senhores que, realmente, mobilizou a cidade de Pojuca através de carreatas, foram ao pedágio, muitas vezes para fazer a sua explanação com mini-trio, com carro de som para que chamasse a atenção. Hoje em dia se sabe que o diálogo às vezes é mais difícil, eu acho mais fácil, mas às vezes as pessoas acham que é assim que intimida, é assim que solicita, reivindica. E vai ajudar também, é claro que ajudou muito. Essas pessoas são o baluarte dessa campanha,

fizeram com que toda a equipe, vereadores, unanimemente, os três vereadores se reuniram e também se integraram ao grupo para que fosse resolvido esse problema. Hoje, se encontra uma equipe da empresa fazendo o cadastramento de todos os veículos que tenham placa do município e que tenham através do seu CPF, o registro, o CRV pago, as pessoas que lá habitam tenham realmente essa isenção.

Quero dizer que sou grata por tudo isso. Sou grata mesmo e quero dizer ao governador Jaques Wagner, dizer a todo o seu secretariado, ao secretário de Infraestrutura, a Agerba, o nosso vice-governador, que o povo de Pojuca agora está contente, como eles falam para mim, estão libertados para entrar, adentrar e para saírem também do nosso município. Oxalá que possamos, deputado, tranquilamente ter os resultados desse empreendimento que para nós foi muito positivo.

Quero também, aproveitando o restante do meu tempo, pedir aqui o apoio porque Pojuca tem um problema de blackout, que está trazendo vários problemas para a aparelhagem elétrica, televisores, geladeiras da comunidade como um todo, principalmente a comunidade mais carente que tem os seus aparelhos mais antigos. A luz com o blackout some e vem de imediato e está trazendo sérios prejuízos. Já estou com reunião marcada na Coelba para falar com o diretor, com o presidente para que possamos ver o que está existindo, já que foram várias pessoas lá para verem a realidade do fato. Pedimos que a Coelba não deixe de mandar a equipe, ver se é um problema existente na fiação, nos seus transformadores que está causando sérios e sérios problemas no município.

Quero aqui endossar as palavras da minha fala passada sobre o local por onde passam os veículos da Petrobras, totalmente carregados com gás, com óleo e está trazendo sérios problemas para os idosos, as crianças, o local é denominado Alto da Bela Vista. Estou com audiência marcada para falar a respeito dessa inconveniência para a base da estrada que não foi preparada para isso, os carros estão pesados danificando a estrada com buracos; quando vem o sol, presidente, joga a poeira nas casas das pessoas. É uma via que entra do lado esquerdo, o lado direito tem casas, a via passa no meio, e quando é verão joga poeira; quando é inverno joga lama. As crianças não têm o prazer de ficar na porta pois temem ser atropeladas, porque a estrada é muito estreita.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua tolerância. Parabenizo-o pelas palavras em defesa do direito legítimo do presidente Lula.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Muito obrigado, deputada.
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB-PTN-PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 11 minutos.

Permita-me, deputado, antes, saudar a presença dos estagiários desta Casa

Legislativa. Quero parabenizá-los e desejar muito sucesso nessa experiência que se propõe a ser preliminar no exercício da profissão de todos e todas. Muito boa sorte!

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, deputada Maria Luiza Laudano, Srs. Deputados, jovens que assistem a esta sessão, sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa da Bahia, a representação popular do Estado.

Sr. Presidente, na década de 50, com a industrialização do País, começa a surgir no Brasil um fenômeno chamado de conurbação. Isto é: a unificação da malha urbana de uma ou mais cidades em consequência do seu crescimento geográfico.

O processo de conurbação é caracterizado por um crescimento que expande a cidade, prolongando-a para fora de seu perímetro, absorvendo aglomerados rurais e outras cidades. Estas, até então, com vida política e administrativa autônoma, acabam comportando-se como parte integrante da metrópole. Com a expansão e a integração, desaparecem os limites físicos entre as diversas unidades administrativas.

Pelo Litoral Norte, você sai da cidade do Salvador e chega a Lauro de Freitas. De Lauro de Freitas, chega a Camaçari. De Camaçari, chega a Mata de São João. E o tecido urbano é o mesmo. Não há um limite físico que separe Salvador de Lauro de Freitas, de Camaçari e de Mata de São João. A mesma coisa ocorre se vamos pela BR-324, pela BA-093, Salvador, Simões Filho, Camaçari, Dias D'Ávila, Mata de São João e Pojuca, hoje, estão totalmente integradas. Cada unidade dessas tem o seu prefeito legitimamente eleito. E há interesses que transpõem os limites da cidade.

Uma crise no sistema de transporte urbano de Salvador afeta Lauro de Freitas. A questão da coleta do lixo afeta Lauro de Freitas, Camaçari. Enfim, temos problemas que passam a ser problemas que extrapolam a autoridade política administrativa do município. E qual é a solução para isso? A criação de um ente metropolitano. Tudo bem, a Bahia precisa da criação de ente metropolitano.

O Sr. Governador do Estado, na sexta-feira, encaminhou para esta Casa um projeto de lei em regime de urgência, que cria a Entidade Metropolitana da Região Metropolitana de Salvador, institui um fundo de mobilidade e de motricidade tarifária de transporte.

Quero saber, deputado Bira Corôa, como é que V.Ex^a chegará a Camaçari para dizer aos munícipes que votou uma lei que chegou sexta-feira, nesta Casa, que será votada hoje e que retira atribuições do município de Camaçari, que tira, deputado Maria Luiza Laudano, atribuições da prefeitura de Pojuca, que tira atribuições dos 13 municípios da Região Metropolitana. Espanto-me como o governador Wagner, que se diz democrático, reedita e faz uma lei que remonta à época da ditadura militar, traz para esta Casa uma lei baseada na concepção que a ditadura militar tinha de Região Metropolitana.

Para que V.Ex^{as}. tenham ideia desse absurdo, estamos acabando com a autonomia dos municípios da Bahia, dos 13 municípios da Região Metropolitana de Salvador sem ninguém discutir com um daqueles munícipes. Os prefeitos não sabem, os prefeitos não têm conhecimento deste crime que a Assembleia hoje pode ajudar o governador a perpetrar contra a autonomia dos municípios.

São atribuições, dentre outras, deste ente metropolitano, por exemplo, sem

prejuízo de outras previstas na legislação, são funções públicas de interesse como a mobilidade urbana, o transporte público de qualquer natureza. O governador vai poder intervir na cidade de Salvador no serviço de táxi. O saneamento básico, o aproveitamento de recursos hídricos, a preservação do meio ambiente, a distribuição de gás canalizado dentro da cidade do Salvador, deputado, é uma atribuição do município. Está tirando, deputado Bira Corôa, a habitação popular, a manutenção da função social da propriedade imobiliária e urbana. O Estado da Bahia vai poder agora, através desse ente metropolitano, dizer se Salvador pode ou não dar concessão, por exemplo, a instalação de um *shopping*, a instalação de um ginásio de esportes. Claro.

Então, deputado Bira Corôa, V.Ex^a tem de dizer isso ao povo de Camaçari. Aqui, hoje, precisamos nos posicionar em relação a isso. Se estamos aqui, nem na época da ditadura, quando o prefeito era nomeado pelo governador do Estado, ninguém teve coragem de fazer isso. Um governo que está no fim, passou oito anos para tratar da questão metropolitana, e há três meses, porque o Wagner, aqui, está mostrando o seu lado malvadeza. Isso aqui não tem nada a ver com Região Metropolitana. Wagner está fazendo isso por malvadeza contra a incompetência de uma empresa chamada Embasa, que penaliza o povo de Salvador. E manda para esta Casa, na sexta-feira, deputado... Quero saber qual foi o deputado que leu essas mais de 20 ou 30 páginas desse projeto de lei, um projeto de lei que fere, fere a autonomia municipal, um projeto de lei inconstitucional que não passou em nenhuma comissão, nenhuma comissão desta Casa, deputado Bruno Reis, olhou esse grande ato que se faz contra a autonomia dos municípios. É porque o Sr. Wagner quer que esta Embasa ineficiente, incompetente, cabide de emprego dos seus correligionários continue penalizando a cidade do Salvador. Depois, vamos pedir que se respeite o Poder Legislativo, um Poder que recebe um projeto de lei que deveria ter sido discutido em cada um dos 13 municípios da Região Metropolitana. Os prefeitos da Região Metropolitana de Salvador deveriam ter sido convocados! Não sabem! Não sabem! É o rolo compressor! É o rolo compressor! O PT age de forma parecida a dos partidos que davam sustentação à ditadura. Eles atropelam o Legislativo, não têm a menor consideração para com o Legislativo e para com os deputados. Um projeto de lei complementar ser aprovado com regime de urgência! O projeto chegou a esta Casa sexta-feira!

É por isso que tem deputado que vai para a cabine indevassável e tira a foto do voto no celular. É por isso! Não se respeita deputado desse tipo! É por isso que a população está revoltada com a nossa representação! Para que estamos aqui? Ninguém, salvo dois ou três deputados, leu esse projeto de lei. Um projeto de lei dessa responsabilidade não é discutido em nenhuma Comissão Temática desta Casa.

Malvadeza! Malvadeza! Autoritarismo! Eles têm feito coisas aqui que nem o regime militar fez. Nem na época do regime militar tiveram essa coragem, quando os prefeitos de Salvador, Candeias, Camaçari, Lauro de Freitas e São Francisco do Conde eram escolhidos pelo chefe do Poder Executivo. Querem, sim, deputado Bruno Reis, não sei com que interesse...

Esse é um governo que se esvai, que se acaba e que ninguém mais, na Bahia, respeita. O governo manda, na véspera do seu sepultamento, porque será sepultado, esse projeto de lei que acaba com a autonomia dos municípios baianos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o Líder do Governo ou da Minoria, ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Falará por todo o tempo o nobre deputado Álvaro Gomes, do PCdoB.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 11 minutos

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, quero, neste momento, reportar-me ao tema que iniciei no Pequeno Expediente, a importância da Copa do Mundo para o Brasil.

Primeiro, quero protestar contra os meios de comunicação, especialmente contra a Rede Globo, porque procura passar uma imagem deformada desse importante evento que teremos no Brasil. O que a Rede Globo faz? De um lado ela aparenta apoiar a Copa, mas, do outro lado, faz uma campanha sutil contra a Copa da Mundo, na medida em que cria situações totalmente artificiais, a exemplo da divulgação de uma manifestação de 50 pessoas. Uma manifestação de 50 pessoas é tema para a Rede Globo divulgar em cadeia nacional para milhões e milhões de pessoas.

E aí é a campanha anti-Copa, porque com essa manifestação a Rede Globo coloca na cabeça das pessoas opinião de que estão protestando contra a Copa e busca criar uma contradição que não existe. Uma contradição de que o dinheiro que é investido na Copa deveria ser investido em saúde e educação. Essa é uma contradição que, efetivamente, não existe.

Vejamos, de 2010 a 2014, os preparativos para a Copa foram investidos R\$ 825 bilhões em saúde e em educação, repito, R\$ 825 bilhões em saúde e em educação. Sabem quanto foi investido em estádios? Foram R\$ 8 bilhões investidos em estádios, repito, R\$ 8 bilhões, sendo boa parte disso em financiamento. Portanto, haverá retorno de dinheiro para o Estado.

Neste momento, quanto aos preparativos para a Copa do Mundo, nós observamos um crescimento considerável do número de casas populares. Temos, no Brasil, hoje, aproximadamente, 1,6 milhão de casas populares com uma projeção de 4 milhões de casas populares nos próximos anos.

Percebemos, também, que as condições de vida da população melhoraram de forma considerável nos últimos anos. O salário-mínimo cresceu consideravelmente. O índice de desemprego reduziu. Então, o salário-mínimo cresceu e o desemprego foi reduzido. O número de pessoas com moradia popular aumentou. Os investimentos em educação e em saúde aumentaram.

Portanto não há contradição.

Nós queremos Copa, saúde, educação, moradia e infraestrutura.

Por isso, queremos, aqui, reafirmar a importância da Copa em nosso País.

Na Bahia, temos a Arena Fonte Nova, onde foram investidos cerca de R\$ 689 milhões e empregou 10 mil trabalhadores. De lá para cá, já foram realizadas 43 partidas e 50 eventos diversos com a participação de, aproximadamente, 800 mil torcedores.

Nós observamos, portanto, a importância da realização da Copa em nosso País. A realização da Copa, em nosso País, é importante, não apenas pelas obras de infraestrutura que teremos e já foram citadas. Só na Bahia, teremos 42 quilômetros de metrô, cujas obras já foram iniciadas. Amanhã, será inaugurada a primeira etapa do metrô com a presença da presidenta Dilma Rousseff. Para termos uma ideia, São Paulo tem, aproximadamente, 80 quilômetros de metrô. E nós teremos 40 quilômetros de metrô.

Há as obras de infraestrutura que abrangem o Porto de Salvador, o aeroporto, a mobilidade urbana, a Arena Fonte Nova. Tudo isso ficará para a população. Tudo isso ficará para a nossa cidade. Então essas são obras importantes para a nossa população.

Mas a realização da Copa é importante não apenas pelos empregos gerados, cerca de 700 mil durante esse período, mas pela visibilidade extraordinária, pois de 30 a 40 bilhões de pessoas assistirão aos jogos da Copa do Mundo. O nosso País estará discutindo e debatendo o futebol e o esporte.

Então a Copa é importante não apenas pela questão da infraestrutura, não apenas pela questão dos empregos gerados, não apenas pela questão do estímulo ao turismo, mas também em função do incentivo ao esporte e às atividades culturais. Os turistas terão uma imagem deste País. Sabemos muito bem da importância do turismo para qualquer país, basta ver que, em alguns países, um dos principais instrumentos de desenvolvimento é, efetivamente, o turismo. São exemplos a França e a Espanha, dentre outros.

Portanto, quanto à realização da Copa aqui, devemos comemorar e defender de forma veemente, porque a realização da Copa no Brasil trará grandes benefícios para a população. E não há, absolutamente, nenhuma contradição entre a realização da Copa e os investimentos sociais, porque se houvesse contradição, em vez de se aumentar o emprego, teríamos uma diminuição do emprego. E isso não acontece.

Então, se houvesse contradição, em vez de aumentar os investimentos em saúde e em educação, teríamos diminuídos os investimentos. Se houvesse contradição, o governo não teria viabilizado 1,6 milhão de casas populares para a população mais carente deste País. Se houvesse contradição, o salário-mínimo, hoje, não seria mais de US\$ 300.

Portanto, a Copa é fundamental para todos nós.

E é importante, aqui, ressaltar que, quando da disputa para sediar a Copa do Mundo, todos os partidos, incluindo o PSDB, à época, defenderam a ideia. Os governadores do PSDB e de outros partidos defenderam com muita ênfase. Por isto, a Copa do Mundo deve ser abraçada por todos os brasileiros, porque venceremos esta batalha. Nós vamos vencer este mundial!

E vamos, também, vencer a outra batalha: a eleição em primeiro turno. Vamos vencer as batalhas: seja a batalha nacional, seja a batalha estadual! Venceremos as eleições no primeiro turno, repito, no primeiro turno. Não haverá segundo turno das eleições aqui na Bahia. O governador é Rui Costa no primeiro turno. Não haverá segundo turno das eleições no Brasil. A presidenta é Dilma.

Esta é a tentativa dos setores organizados, dos setores conservadores e das elites brasileiras para tentar desmanchar um projeto que beneficiou mais de 50 milhões de pessoas! Esta estratégia da direita dos setores conservadores das elites não vingará! Repito, tal estratégia não vingará.

Não adianta a *Rede Globo*, em novela como a *Geração Brasil*, fazer a campanha a favor de Aécio Neves. Não adianta isso, repito, não adianta isso, porque Dilma ganhará no primeiro turno das eleições para desespero daqueles que não querem ver as empregadas domésticas terem o mesmo direito dos trabalhadores e daqueles que não querem ver os pobres, os negros e os jovens estudando nas universidades federais.

E, para desespero de todos esses, Dilma e Rui Costa ganharão já no primeiro turno das eleições aqui em nosso Estado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Bruno Reis, pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. BRUNO REIS:- Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, a todos da imprensa, aos que nos assistem e nos ouvem através da *TV Assembleia*, esta tarde, mais uma vez, esse governo que se diz democrático, republicano vai cometer, ou pretende cometer, mais um atentado à democracia sob o pretexto, o discurso, em que ninguém acredita, que não convence ninguém, da privatização. Que moral tem o PT para falar de privatização? Foi o partido que mais privatizou na história do Brasil, e, em especial, na história da Bahia.

Diversas são as rodovias privatizadas neste Estado pelo PT. Cercaram Camaçari e Salvador de pedágios. E ainda querem vir falar de privatização, querendo desviar o foco da discussão, querendo levar esta discussão para um outro caminho, até porque jamais o Município de Salvador teria como privatizar a Embasa, uma empresa pública estadual.

Vai primeiro o governador à imprensa para falar de privatização. Depois, o seu Líder nesta Casa fala de plano para a privatização. Ora, ora nobres deputados e a todos que nos assistem através da *TV Assembleia*, esse não é o cerne da discussão, essa não é a matéria e não é o assunto sobre o qual nos devemos debruçar, nobre deputado Rosemberg Pinto. Vocês não tem autoridade para falar de privatização.

O que se pretende, nobre deputado Rosemberg Pinto, e não há quem conteste

isso,... Em qualquer canto deste Estado onde se fala da Embasa é geral o sentimento da população de que é uma empresa que presta um serviço de péssima qualidade, que praticou ao longo desses 8 anos aumentos abusivos e ilegais, uma verdadeira extorsão ao cidadão baiano. É consenso onde se chega, em Salvador ou em Feira de Santana, que a Embasa tem causado danos irreparáveis às malhas viárias dos municípios.

É essa a discussão que nós temos de travar, é esse o assunto que temos que debater nesta Casa: uma empresa que ainda não conseguiu resolver o problema da água para 200 mil soteropolitanos, e o problema do acesso à rede de esgoto para 560 mil soteropolitanos. Uma empresa ineficiente e inoperante, e uma gestão administrativa desastrosa em que, somente em Salvador, 96.000m³ de esgoto são lançados na natureza, nesta altura do campeonato.

Nobre deputado J.Carlos, 45% da água que Salvador produz é desperdiçada, o que equivale a 150 piscinas olímpicas desperdiçadas por dia.

Se essa empresa continuar mantendo os níveis de investimentos atuais, a previsão de haver a universalização, nobre deputada Maria Luiza, é somente no ano de 2040. Uma empresa que ao longo dos seus diversos anos de existência não consegue realizar investimentos para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Salvador representa 45% da receita da Embasa. Somente foram revertidos em investimentos nesta cidade no ano de 2011, nobre Líder, Zé Neto, e deputado Cacá Leão, 5% de sua arrecadação; e no ano de 2012, apenas 11%.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. BRUNO REIS:- Só um instante, deputado João Carlos Bacelar.

Se não houvesse perdas, desperdício de água nesta cidade, se houvesse uma gestão mais eficiente, nobre deputado João Carlos Bacelar, ao longo desses quase 8 anos de governo do PT, a empresa teria economizado R\$ 834 milhões se mantivesse a média das perdas de outras empresas de saneamento de outros estados. Somente esses recursos resolveriam a questão da universalização das redes de esgoto e água. Se houvesse uma gestão eficiente, esse problema já teria sido superado.

Hoje, a Embasa tem uma inadimplência de R\$ 450 milhões. Portanto, ela está longe, longe, nobres deputados Zé Neto e Rosemberg Pinto, de ser uma empresa de vanguarda, que tenha uma gestão eficiente, uma gestão que dê resultados. Até porque não há planejamento, não há prazos nem metas a serem cumpridas. É uma empresa que ainda está no século passado.

E o que é que a prefeitura pretende? A prefeitura pretende fiscalizar a Embasa, até porque foi criada por esta Casa uma agência, a Agersa, que teria essa responsabilidade. Daqui, desta tribuna, dissemos, nobre deputado João Carlos Bacelar, quando da sua aprovação, que ela precisava ter autonomia, independência. Para tanto, o seu dirigente deveria ser sabatinado por esta Casa e depois assumisse o cargo, que não fosse de livre nomeação e exoneração do governador. Até para que, na prática, pudesse cumprir o seu papel.

Alertamos que seria mais uma agência, mais um órgão, que deveria realizar o seu trabalho técnico, que serviria de negociação política, que entraria no jogo da cooptação do apoio de parlamentares. E isso ocorreu na prática. É justamente por isso

que lá está um dirigente que é irmão de um deputado.

Pergunto a V.Ex^{as}: sabem quantas notificações a Agersa realizou em 2012? Apenas cinco.

A agência do Estado de Goiás, nobre deputado Rosemberg Pinto, no mesmo ano realizou 225 fiscalizações.

Sabem quantas multas a Agersa aplicou à Embasa, ou quantas advertências nobre deputado J. Carlos? Nenhuma. Uma agência que é subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da qual a Embasa também é, que o cargo é de livre nomeação e escolha do governador, que independência terá para fiscalizar a Embasa? Nenhuma.

É por isso que a Embasa vem cometendo verdadeiros desmandos na cidade. São mais de 200 avenidas e ruas danificadas pela Embasa. Ruas e avenidas essas, nobre deputada Maria Luiza Laudano, que o prefeito ACM Neto recuperou. Ele, antes de realizar qualquer intervenção, notificava a Embasa com prazo de 90 dias para a Embasa dizer se ali faria alguma intervenção ou não, e a Embasa se calava. O prefeito ia lá e executava a obra, depois vinha a Embasa e promovia as suas intervenções e nem sequer se dava ao trabalho de depois concluir o serviço que foi realizado.

Com isso, é dinheiro público sendo jogado fora, porque falta à Embasa programação, planejamento. É um verdadeiro desmando que a Embasa vem cometendo na cidade de Salvador.

É por isso, Sr. Presidente, que essa agência metropolitana que o Estado pretende criar, é mais uma usurpação de direitos dos municípios, é mais uma tentativa de impedir que a Embasa possa ser fiscalizada e controlada para cumprir o seu papel.

Esta Casa hoje pode, mais uma vez, rasgar a Constituição do Estado, porque pretende aprovar um projeto inconstitucional. Um projeto que quer retirar...

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concluindo, deputado.

O Sr. BRUNO REIS:- (...) atribuições, competências exclusivas dos municípios.

O nobre Líder Zé Neto fez um apelo para que pudéssemos buscar o entendimento. Eu quero responder a V.Ex^a: podemos, sim, tentar buscar o entendimento, porque é importante um órgão para o desenvolvimento da região metropolitana. Mas da forma que está na sua composição, isso é uma afronta à Constituição...

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concluindo, deputado.

O Sr. BIRA CORÔA:- (...) da República, à Constituição estadual e à Lei Orgânica dos Municípios.

Então, peço a V.Ex^a que retire essa matéria para que possamos discutir, até porque ela chegou aqui na semana passada, praticamente uma semana após sem se discutir, muitos deputados aqui não conhecem nada em relação a esse projeto; os prefeitos sequer sabem que essa matéria está sendo apreciada nesta Casa nesta tarde.

Então eu queria, Zé Neto, dizer a V.Ex^a que topamos buscar o entendimento, retire essa matéria, vamos discutir, tenho propostas para emendas serem apresentadas, e aí, quem sabe, semana que vem...

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Deputado, um minuto e trinta a mais do seu tempo.

O Sr. BRUNO REIS:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) essa matéria possa ser aprovada atendendo verdadeiramente os interesses de todos os municípios da Região Metropolitana de Salvador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSC/PV/PR/PRB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, deputado Bira Corôa, falará por todo o tempo o Líder da Maioria e do Governo, o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Bira Corôa):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores que nos assistem, primeiro, queria apenas salientar que o deputado Bruno faz uma fala, e eu sou de entendimento. Para mim, nesta Casa onde vivo há 12 anos, vivemos no tempo em que disputas políticas se dão mas o entendimento acontece. Acho mesmo que, com relação aos 49% de participação dos membros, como V.Ex^a colocou, acho que dá para conversarmos. Mas V.Ex^a talvez não tenha visto que, primeiro, quem mais reclamou – quem mais reclamou – aqui nesta Casa de falta de regulamentação de região metropolitana foi a Oposição.

Deputado João, é de uma inconsequência a crítica de V.Ex^{as}! Por quê? V.Ex^{as} reclamaram não só uma nem duas vezes. O deputado Carlos Geilson desafiou-me várias vezes aqui a regulamentar a Região Metropolitana de Feira! Pelo amor de Deus! E eu, quieto no meu canto, porque tínhamos que regulamentar primeiro Salvador, que não tem regulamentação. A Conder não funciona como coordenadora. E V.Ex^a há de convir, primeiro, deputada Maria Luiza, está muito claro para nós. O § 3º do art. 25 da Constituição Federal que atribui a criação da região metropolitana, diz o seguinte: “Os Estados poderão, mediante lei complementar” – que é o que estamos fazendo hoje –, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões constituídas por agrupamentos de municípios limitados, para integrar a organização, o planejamento e execução de funções públicas e interesses comuns.”

Quero apenas salientar, com toda convicção, para V.Ex^a, primeiro: não tenha nenhuma preocupação com relação à quebra de requisitos constitucionais. Trata-se de uma lei complementar – e falo isso a V.Ex^a como advogado. E no artigo com o qual V.Ex^a se preocupa, tem aqui exatamente o seguinte no art. 2º do § 2º: “Fica criada a entidade metropolitana da Região Metropolitana de Salvador, autarquia intergovernamental de regime especial com caráter deliberativo e normativo” – não é nem regime de personalidade jurídica própria – “e personalidade jurídica de direito público.” E é intergovernamental. Isso no art. 2º.

“A entidade metropolitana no seu § 1º tem finalidade de exercer as

competências relativas à integração da organização, do planejamento e da execução de funções públicas de interesses comuns dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Salvador, dentre eles...” Aí vem: “Aprovar objetos de metas e prioridades, aprovar planos, aprovar e encaminhar em tempo útil programas regionais relativos ao plano plurianual; comunicar aos órgãos ou entidades federais que atuem em unidade regional deliberações acerca de planos relacionados com os serviços por eles realizados, sempre coletivamente.”

No § 2º, é muito clara a lei e a disposição. Clara está aqui a disposição: “Sem prejuízo de outras previsões na legislação, ações, funções pública de interesse comum.” Só haverá discussão entre os entes em funções pública de interesse comum.

Não tenha preocupação, absolutamente nenhuma, de nenhuma quebra de competência, deputado Bruno, porque seria uma incongruência absoluta, até porque, na criação de natureza jurídica e das finalidades, fica muito claro aqui na estrutura de governança: “Integram a estrutura de governança da entidade metropolitana a Região Metropolitana de Salvador.” E tem o colegiado metropolitano composto pelo governo do Estado e pelos prefeitos de municípios da Região Metropolitana de Salvador.

Como é formado esse comitê, deputado Paulo Azi? O Comitê Técnico é formado por 3 representantes do Estado, 3 representantes do município de Salvador e 1 representante de cada um dos demais municípios. V.Exª há de entender que esse é o parâmetro técnico.

Então, não há por que estarmos aqui achando que haverá, por parte do governo, qualquer supressão de direitos! V.Exªs, inclusive, podem fazer a pesquisa. Esse instituto é de uso antigo e estabelece as ações das regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Curitiba e Fortaleza, entre outras.

O que há por conta desse projeto é uma grande preocupação de trazermos à luz os interesses mais emergentes nesse aglomerado de cidades que enfrentam, cotidianamente, dificuldades de toda a ordem, como acontece em Feira de Santana – está aqui a nossa deputada Graça Pimenta, uma das responsáveis pela votação e criação da Região Metropolitana de Feira de Santana, inclusive ela teve um protagonismo fundamental na criação dessa região metropolitana.

Precisamos dar uma regra, criar uma condição e um mecanismo para que essas cidades possam se reunir e discutir seus interesses comuns. Ao deputado João Carlos Bacelar, peço apenas a atenção: na própria normatização do art. 2º, do parágrafo 2º, está lá, claramente: sem prejuízo de outras previsões da lei já existente, que é a Constituição. É ela que atribui a competência do município com relação ao interesse municipal, tratando-se de transporte coletivo, competência estabelecida, também, para esse município arcar com as responsabilidades da municipalização plena da saúde, preservando, evidentemente, a sua competência com relação aos limites de ação diante das outras questões relacionadas a transporte coletivo e a transporte urbano de forma geral.

Não tenho nenhuma preocupação de que haverá, por parte do governo do Estado, supressão de direitos e interferência na norma constitucional, até porque, evidentemente, não existe como uma lei complementar suprimir competências da Lei

Maior, que é a Constituição federal.

Precisamos, sim, que uma região metropolitana, deputado Joseildo, estabeleça claramente como vai funcionar – e acho que esse é um debate que deve ser travado dentro da região metropolitana. Como vai funcionar a saúde nessa região metropolitana? De que órgãos serão as atribuições? Como funcionarão, evidentemente, as redes de interesse de todas as cidades que compõem a região metropolitana? Quantas vezes lá em Pojuca se busca Salvador para um atendimento, e Salvador não atende, quando Salvador é polo regional, e na região metropolitana tem suas responsabilidades muito bem designadas, dentro da norma federativa, dentro da norma constitucional!

É uma questão que nos traz hoje a necessidade de buscar essa resolução. Inclusive, deputada Graça, eu sou um dos que mais reclamaram. Aqui nesta Casa, permanentemente, tenho sido criticado pela Oposição, porque em Feira de Santana não regulamentamos a região metropolitana, como para Salvador também não existe a regulamentação que ora está a ser votada aqui nesta Casa, nos moldes das outras capitais onde já funcionam plenamente os mecanismos metropolitanos administrativos. E esse, para mim, é um fator que precisa ser tratado de forma muito tranquila, transparente e responsável. Precisamos tratar este tema com responsabilidade. Está em jogo o desenvolvimento social e econômico da região metropolitana. Disciplinar os seus parâmetros de cooperação e atuação conjunta nos dá a certeza de que os diversos segmentos de interesse comum serão contemplados pela lei complementar, que os interesses comuns da região metropolitana, que amanhã dará um passo decisivo com a inauguração do metrô. Esse é um passo que há 14 anos tinha que ser dado. Enquanto o metrô esteve nas mãos do município – não vou aqui entrar no mérito –, –infelizmente, não foi dado.

O governo do Estado tomou a frente. Precisamos criar um fundo e ele precisa ser tratado com a transparência necessária e com a participação de todos os entes metropolitanos, para que esse fundo também possa estabelecer os caminhos do transporte do metrô, do transporte coletivo de forma geral, e que haja também um sistema de planejamento que nos ofereça um futuro muito mais organizado e muito mais promissor.

Muitos dos projetos sociais que estão no governo federal, hoje, carecem e exigem que tenhamos essa organização metropolitana, que tenhamos esse ente público criado, que tenhamos essa instituição criada, e precisamos hoje dar esse passo decisivo.

No mais, quero dizer que por trás disso tudo, deputado Bruno, desculpe, a intenção de VEx^{as} de privatizar a água. Querem privatizar a concessão da Embasa de Feira e de Salvador de forma irresponsável. Escolheram as duas maiores cidades, que são responsáveis por grande parte da arrecadação do nosso Estado. Apenas 15 cidades são superavitárias, e as duas maiores, responsáveis pela esmagadora arrecadação do Estado, são Feira de Santana e Salvador. Inclusive, esse é um projeto do DEM, do partido de VEx^{as}.

Lá em Feira assumiram, numa reunião pública no mês passado disseram que

romperiam o contrato com a Embasa, e quando perguntei quem ia pagar a indenização ao governo das benfeitorias responderam – o secretário de Governo do município, Brito, respondeu: “Isso aí a gente resolve empresarialmente”. Quer dizer, pensam que vão terceirizar e vão tratar o assunto como já trataram em outros momentos a Coelba e outros entes que são para nós estratégicos, como querem tratar a Petrobras, porque toda essa campanha aí é para degradar a Petrobras e fazer o que não conseguiram no passado, que era vender a Petrobras. Fizeram tudo para vender, não conseguiram, e agora, mais uma vez, vêm com a ânsia, já é mais um presságio do que significa esse governo do DEM aqui em Salvador.

Não vão vender. Estão preocupados porque lá em Feira há em uma decisão do Supremo que estabelece que o sistema de água das regiões metropolitanas e das cidades- sede são sistemas integrados, e são integrados porque são sistemas metropolitanos. E, V.Ex^{as} estão preocupados com a possibilidade de que essa regulamentação dê mais consubstancialmente força a essa decisão do Supremo.

Quero dizer a V.Ex^{as} que, além dessa regulamentação, o fato de haver apenas a criação da Região Metropolitana já estabelece claramente a condição jurídica para que não possa haver essa privatização do sistema de água de Salvador e de Feira de Santana como V.Ex^{as} querem, que é pegar o filão do Estado e jogar o osso, porque sabem que só há 15 municípios que são superavitários e os demais necessitam do conjunto das relações econômicas que são tratadas por todo o Estado, incluindo essas 15 cidades tão importantes.

Fica aqui o nosso chamamento para que esse debate seja feito às claras, e não como V.Ex^{as}, hoje, estão tentando fazer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria, ou ao Líder do PSD, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, falará por todo o tempo o deputado Joseildo Ramos, ex-prefeito de Alagoinhas.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 12 minutos.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho que essa discussão deve ocorrer num clima, deputado Zé Neto, de tentar trazer luzes ao debate que interessa a todos nós. E, aí, precisamos entender o processo de negociação dos serviços de saneamento no município de Salvador.

Pelos idos de 1925, Salvador celebra um contrato de concessão diretamente com o Estado da Bahia, e esse contrato tem prazo indeterminado. Ocorre que, em 2007, nasce a Lei Nacional de Saneamento Básico, em janeiro de 2007, e traz algumas novidades. A primeira delas que as concessões precárias, inclusive a de 1925, ela que tinha um prazo indeterminado, teriam validade até dezembro de 2010. Outra novidade: nenhuma municipalidade poderia obter recursos do orçamento geral

da União quando fizerem ou se fizerem concessões onerosas. Ou seja, licitem, permitam que a iniciativa privada possa fazer uso da prestação dos serviços de saneamento. E, terceiro, que os municípios poderão, sem licitar, receber os serviços cuja titularidade das empresas seja empresas dos diversos estados nacionais. Por fim, condiciona a liberação dos recursos à existência do Plano Municipal de Saneamento Básico. Essas foram as novidades de 2007, com o advento da Lei Nacional de Saneamento Básico.

No contrato de programa existente hoje entre Salvador e a Embasa já existem vários requisitos atendidos. O primeiro deles é uma lei estadual que ocorreu em 2008, que autoriza o Estado a celebrar o convênio. Essa é a primeira atitude que foi vencida. A segunda – foi firmado convênio de cooperação entre o município de Salvador e o Estado da Bahia. Já existe uma lei municipal que ratifica esse convênio e delega a Agersa o contrato de programa para que fiscalize e regule esse contrato de programa com a Embasa.

Além de ter definido o repasse para o Fundo Municipal de Saneamento de 3% da receita bruta com a prestação dos serviços. Além disso, cria o Conselho Municipal de Saneamento e aprova o Plano Municipal de Saneamento Básico. Também já foi feito o estudo de viabilidade técnica e econômica. Qual a pendência que existe? E, aí, é que está o “X” do problema. A pendência que existe é de que falta a assinatura por parte da Prefeitura no contrato de programa. E o que ocorre é que a gestão anterior, em agosto de 2011, fez um acordo com o governo do Estado, e este acordo está vigente até hoje. No acordo de 2011, estava previsto um convênio que foi feito entre o governo do Estado, a Sedur como interveniente, e a Prefeitura, para aplicação de recursos na infraestrutura urbana no montante de 60 milhões divididos em três parcelas. Repasse de 3% da arrecadação bruta mensal da Embasa. Dispensa dos débitos vencidos da Prefeitura com a Embasa. E a Embasa se compromete a cumprir imediatamente todas as decisões transitadas em julgado, relacionadas compromete a cumprir imediatamente todas as decisões transitadas em julgado, relacionadas a qualquer débito que tenha transitado em julgado.

O que está em jogo? O que está em jogo é que já existe a Região Metropolitana de Salvador, e os serviços que a Embasa presta no abastecimento de água e nas ligações de esgotamento sanitário decorrem de bacias hidrográficas cuja origem transcendem os limites territoriais de Salvador, a exemplo do principal manancial que abastece esta cidade, que vem de Pedra do Cavalo.

Então, não pode o prefeito de Salvador como membro, hoje, da Região Metropolitana, decidir sobre os serviços de saneamento cuja região transcende o território, como disse o deputado João Bacelar, conurbado de vários municípios que agregam condição de urbanização nesta Região Metropolitana.

A titularidade é do município, como diz a Constituição, e não existe usurpação nenhuma. Ao contrário, a lógica é de que o prefeito de Salvador não pode intervir num direito, numa relação que é própria de uma região conurbada, de uma Região Metropolitana.

Existe uma ação direta de inconstitucionalidade por causa de uma contradição

entre a Constituição do Estado da Bahia e a Constituição Federal. A partir dessa ação direta de inconstitucionalidade, que em junho do ano passado transformou essa decisão em elemento judicial vinculante, há um resumo: aquilo que seria de competência local de Salvador, com essa decisão passa a ser de competência metropolitana. Isso significa que a titularidade, conforme originariamente se encontra no texto constitucional, só pode ser exercida doravante pelo conjunto de municípios, com participação do Estado.

Portanto, quem define quem é o prestador de serviço é o órgão de governança metropolitano, que não existe, que precisa de lei complementar do Estado, que é o que se faz, que é o que se pretende. Da mesma forma, as atividades de planejamento, de regulação têm de ser feita no seu conjunto.

E aí eu ouvi atentamente alguns deputados da Oposição que subiram a esta tribuna reclamando dos conflitos que existem entre a Embasa e a prefeitura com relação aos serviços de abastecimento de água e os serviços de pavimentação. Ora, existe um convênio de 2013 – portanto, da atual gestão de Salvador – entre a Sucop e a Embasa, cujo objeto são serviços de recuperação de logradouros quando se tem necessidade de quebrar pavimentação em vias públicas do município de Salvador.

O valor desse convênio de 2013 é de R\$ 3,888 milhões, com prazo de 1 ano. Só que o desembolso anual da Embasa é quase duas vezes maior, e a ela mantém cinco equipes, todas elas disponibilizadas para a gestão da prefeitura trabalhar, embora as equipes e o custo, que é natural que seja, são da Embasa. Isso tem que ser dito. Ocorre que para toda intervenção que seja feita, tem que se ter regras. E agora se mudou uma regra.

Ora, nas vias pavimentadas, quando houver uma intervenção, você tem que recuar 10 metros à frente, e por trás da intervenção, pela largura da faixa, dando 70m² para fazer fresagem do asfalto e para fazer recuperação. Com isso, apesar do convênio, a Embasa teve que refazer as contas e terá que aplicar 11 milhões de reais com recursos próprios.

Existem obras paralisadas por falta de alvará, obras de execução de novas ligações de água e esgoto, obras estruturantes. São 11 obras no valor total de 151 milhões de reais, tanto que em 15/05/2014, há poucos dias, a Embasa teve impetrar um mandado de segurança contra a Sucom e ainda não teve decisão. Portanto, é preciso que desapassionadamente tratemos dessa discussão que nos cabe, a fim de que não fiquemos observando fantasmas por trás dessa discussão.

Quando se fala em privatização, é preciso se remontar à década de 90, quando entregaram a ferrovia, quando entregaram o setor estruturante de eletricidade deste País, quando se entregou a ferrovia, quando se entregou a riqueza da nação, a siderurgia, quando se escamoteou informações importantes, a Oposição venda os olhos e não lembra de uma série de ações lesa-pátria que coroaram durante uma década privatizações que até hoje lançaram no lodo, na vala comum os interesses primeiros do nosso querido País.

A repercussão está aí! Nós estamos numa CPI de Telecomunicações que une todos os interesses desta Casa. Hoje temos o quinto maior mercado de

telecomunicações, mas as tarifas são as maiores do mundo. Aumentou-se o acesso mas não se respeita a dignidade dos consumidores. Esse é o sentido maior de quando se privatiza, exatamente aqui na América Latina, e os resultados da privatização dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico está refletido no que aconteceu na Argentina, no Chile, no Peru, no Equador, que tiveram que refazer essa condição de remunicipalizar.

(O Sr. Carlos Geilson fala concomitantemente com o orador)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Estou concluindo, V.Ex^a, se quiser assumir a presidência fique à vontade.

Muito obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o Nobre Líder da Minoria ou Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Falará o deputado Paulo Azi por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Paulo Azi pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. PAULO AZI:-Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicio essa discussão registrando o discurso feito pelo deputado Zé Neto há pouco tempo, fazendo uma crítica feroz à situação em que se encontra a Br 324, e faço isso a um contraponto ao discurso do deputado Joseildo, há pouco, e que mais uma vez ataca as privatizações ocorridas neste País.

O que tenho dito, Sr. Presidente, é que o PT não tem nenhuma autoridade para tratar ou muito menos para criticar qualquer processo de privatização, seja o governo federal, seja o governo estadual. Eles privatizaram quase tudo, e o que é pior, fizeram privatizações muito malfeitas, está aí o exemplo vivo da BR- 324.

Privatizaram, por exemplo, a Arena Fonte Nova, e o Estado vai ser forçado a pagar, durante 15 anos, 100 milhões de reais por ano aos atuais proprietários da Arena Fonte Nova. O metrô nem está funcionando, mas já privatizaram o metrô de Salvador, deputado Joseildo, e o governo do Estado da Bahia será obrigado a pagar, por ano, 150 milhões de reais à empresa proprietária do metrô.

Se nós formos para a saúde, aí a privatização é quase que total. A exemplo, por exemplo, do Hospital do Subúrbio, que o governo faz tanta propaganda, mas que hoje está privatizado, e o Estado paga às empresas que o operam quase que recursos da ordem de 100 milhões de reais por ano. Portanto, o PT não tem nenhuma autoridade para tratar das questões de privatização.

E chega a ser muito ingênuo, Sr. Presidente, e ao mesmo tempo indecoroso, esse governo falar que o prefeito ACM Neto pretende privatizar a Embasa. Quer dizer, é muita falta de respeito com a inteligência da população da Bahia. Esse assunto não está em discussão, até porque o prefeito, mesmo que quisesse, não tem autonomia para fazê-lo. A Embasa é uma empresa pública e que pertence ao governo do Estado da Bahia. Portanto, é muita irresponsabilidade, inclusive de S.Ex^a, o

governador, de colocar, com essas palavras, o assunto à Imprensa.

O que o governo se esconde de discutir, de debater é a situação vexatório em que se encontra a Embasa, o governo corre dessa discussão como o diabo corre da cruz, Sr. Presidente, uma empresa ineficiente. Nós vivemos uma seca, há um ano, quando mais de uma centena de municípios do nosso Estado passaram a ser abastecidos pelo carro-pipa, porque o sistema de abastecimento das sedes municipais, todos eles, entraram em colapso, porque a grande maioria tinha 10, 15 anos de vida útil e não sofreram nenhuma ampliação.

E olhem que esta é uma empresa que nos últimos anos vem reajustando as tarifas muito acima da inflação. Vejam este ano, por exemplo, e olhem que é um ano eleitoral, e por isso o governo segura um pouco a sua sanha de aumentar as taxas e os impostos, mas, mesmo assim, patrocinou um aumento muito acima da inflação do período.

Todos nós, diariamente, senhoras e senhores parlamentares, acompanhamos manifestações dos mais variados cantos da Cidade do Salvador, as pessoas fechando ruas em função da falta de abastecimento de água. V.Ex^a acha que é justo, depois de um esforço enorme que a Prefeitura de Salvador tem feito para recuperar o seu pavimento, e vem a Embasa, parece até que de forma proposital, a destruir tudo o que se fez, deputado Rosemberg Pinto.

Então, o que a Prefeitura quer nada mais é do que o seu direito constitucional de fiscalizá-la, já que se trata de um serviço da competência municipal, sob a concessão do governo do Estado, nada mais do que isso.

Ou V.Ex^{as} podem imaginar que a atual agência estadual tem alguma autonomia para fiscalizar e regular a Embasa? Uma agência que hoje serve para cabide de empregos, para comandar interesses políticos? É essa agência que tem autonomia para fiscalizar e cobrar responsabilidades da Embasa? Todos nós sabemos que não.

Então é lamentável o que ocorre, porque o governo deveria se debruçar nas questões técnicas, tentar dialogar com a Prefeitura de Salvador para buscar um entendimento em benefício da cidade. Vejam V.Ex^{as} que quase 600 mil soteropolitanos não têm acesso à rede de esgoto, porque a Embasa não consegue executar as ampliações e, principalmente, as ligações domiciliares. E olha que deixamos executada, com o Bahia Azul, praticamente toda a rede de esgoto da cidade de Salvador. Cidade que tem hoje 200 mil pessoas sem acesso à rede de água.

Então é lamentável que o governo fuja dessa discussão e parta para fazer uma excrecência jurídica. Apegar-se a uma norma constitucional do período da Ditadura Militar, nos anos 73/74, e querer implantar dessa forma. Sem ouvir os municípios, sem conversar com os demais entes. Será que o governador Jaques Wagner não se envergonha de uma atitude como essa? Nem na época da Ditadura, quando os prefeitos eram nomeados cometeu-se tamanha violência com os municípios.

O decreto, assinado pelo prefeito ACM Neto, tem total base jurídica, está totalmente coberto. O deputado Joseildo cita aqui a lei estadual de 2008/2012, mas se esquece de dizer que na própria lei que autoriza a agência reguladora estadual a fiscalizar e regular os serviços de abastecimento de água, através da Secretaria de

Desenvolvimento Urbano, está dito expressamente que essa regulação vigorará enquanto não houver ente regulador próprio, criado pelo município ou agrupamento de municípios, por meio de cooperação ou coordenação federativa. Está muito claro na própria Lei Estadual.

Sr. Presidente, não tenho dúvidas que uma atitude dessas do governo será rechaçada pelo Supremo Tribunal Federal. Como é que o governo se arvora a querer legislar sobre o uso do solo da cidade do Salvador e dos outros treze municípios que compõem a Região Metropolitana do Salvador? Como ele cria um conselho em que 49% dos votos é dele próprio? Isso é uma brincadeira! Isso é uma vergonha!

Não tenho dúvidas que o Supremo Tribunal Federal haverá de declarar essa excrecência como uma inconstitucionalidade. Fico lamentando, Sr. Presidente, uma postura dessas, porque desnuda uma das poucas qualidades que se dizia de S.Ex^a, o Sr. Governador. Ele sempre foi considerado por muitos um homem cordato, homem do diálogo. Republicano não, porque eu já desconfiava do seu republicanismo. Mas isso aqui acaba com qualquer dúvida, porque é um extinto autoritário. É de um autoritarismo sem tamanho e envergonha esta Casa Legislativa, cuja grande maioria dos parlamentares não se deu nem ao trabalho de ler para saber o tamanho do absurdo que este governo quer implantar e ver aprovado nesta Casa na noite de hoje. O projeto chegou aqui na segunda-feira, portanto, há apenas uma semana, e o governo já quer submetê-lo ao voto.

É, Sr. Presidente, o triste fim de uma melancolia que se espelha, que se retrata, no final do governo do PT na Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Falará por todo o tempo, nobre presidente, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. PRESIDENTE(Álvaro Gomes):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Álvaro Gomes, Srs. Deputados, meu querido deputado Carlos Geilson, de Feira de Santana, imprensa, visitantes, servidores, ouvi atentamente os diversos pronunciamentos, inclusive o pronunciamento do deputado Bruno Reis, que ali dá uma entrevista à imprensa dele e hoje estava com a assessoria dele aqui, porque a *Rede Bahia* só vem aqui para filmá-lo e tal. Depois, divida um pouco essas imagens públicas e tal.

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a concede um aparte, excelência?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Daqui a pouco. Concedo até para V.Ex^a responder o que eu vou questionar.

O deputado Bruno Reis disse aqui que nós não temos autoridade para falar de privatização, e é verdade, deputado, e Paulo Azi também disse a mesma coisa. Não temos autoridade para falar em privatização porque somos contra a privatização.

Quem tem autoridade para falar de privatização é o partido de V.Ex^a, que privatizou a Coelba, que quis privatizar a Embasa e a população foi para as ruas para não deixar privatizar. Foi o partido de V.Ex^a, no plano nacional, que privatizou os diversos segmentos; que destruiu a ferrovia baiana, que o governador Jaques Wagner e a presidente Dilma estão tentando reativar no nosso Estado, que destruiu toda infraestrutura do Estado, ou seja, é disso que nós estamos falando aqui.

Eu quero fazer o debate. Alguém levantou aqui, acho que foi o deputado Bruno Reis, falando sobre a Petrobras. Eu quero fazer o debate sobre a Petrobras porque essa área eu conheço. Eu estava na Petrobras quando o governo do PSDB, junto com o DEM, quis privatizar a Petrobras e levou o presidente Reichstul para lá para privatizá-la, e que por conta de não tomarem os devidos cuidados, porque queriam destruir a empresa, colocaram em risco todo o conjunto de trabalhadores, o que acabou levando 5 colegas meus para o fundo do mar, inclusive dois colegas aqui da Bahia. Na sanha de privatizar a Petrobras, não criaram as condições de segurança e a P-36, sob a responsabilidade do governo Fernando Henrique e do presidente da Petrobras daquela época, adernou. Eu quero fazer o debate sobre a Petrobras.

Quero falar da Petrobras e fazer esse debate porque o ex-governador Paulo Souto tinha a obrigação, quando foi feito um convênio – eu estava lá na Petrobras –, para reformar o forte de Jequitiaia, no valor de R\$ 2 bilhões. Esse valor foi depositado no dia 28 de dezembro na conta do governo do Estado, passou um ano e não se fez nada. Eu quero fazer o debate sobre a Petrobras aqui para mostrar, efetivamente quem é que tem razão nessa questão e quem quis destruir a Petrobras.

Ora, quem pega uma Petrobras que valia R\$ 16 bilhões e hoje, num quadro, inclusive, infinitamente contraditório do ponto de vista da relação de mercado, ela vale U\$94 bilhões, isso é de quem quis destruir a Petrobras. No governo de V.Ex^{as}, deixaram na Petrobras 30 mil trabalhadores diretos e, hoje, temos 80 mil trabalhadores diretos naquela companhia. A terceirização levou a Baía da Guanabara receber o maior contingente de óleo, porque queriam expor a imagem da Petrobras para privatizar. Foi o governo de V.Ex^{as} que transformou a Petrobras em unidade de negócio, porque era mais fácil para privatizar. Porque é difícil alguém comprar uma empresa do tamanho da Petrobras. Aí criaram que cada refinaria é uma unidade de negócio para facilitar a entrega da Petrobras. Como o ex-governador Paulo Souto entregou a Ilha do Urubu, em Porto Seguro. Esse debate eu quero fazer aqui. Até hoje não foi explicada aquela doação na Ilha do Urubu, em Porto Seguro.

Esses têm moral para falar em privatização e doação do público. Ora, me faça uma garapa! Aqui, deputado Carlos Geilson, não tenho nenhum problema. Hoje, pela manhã, ouvi uma entrevista do prefeito de Salvador, numa reprodução que o radialista Mário Kertész fez, onde ele diz que essa agência que está sendo colocada, deputado Bruno Reis, tem o objetivo de acompanhar e, inclusive, discutir preço. Ele disse, ouvi a voz dele, discutir o preço de consumo. Ora, parece que ele esqueceu que foi parlamentar. Quem pode discutir isso aqui é V.Ex^a, sou eu, parlamentares baianos que discutimos tarifas da Embasa. Não é a prefeitura de Salvador e não é a sua agência que quer criar. Esse debate eu quero fazer. Como também acho que ele tem

razão quando diz que a Embasa, se teve algum tipo de problema em qualquer lugar, em qualquer cidade, tem que consertar e deixar na mesma condição que encontrou.

Não quero aqui tirar a responsabilidade de ninguém. Mas não podemos, por questões transversais, pela vontade que V.Ex^{as} sempre tiveram de tornar privatizada a água da Bahia, estar utilizando argumentos, dizendo que querem tomar conta da Embasa, porque ela não cuida da água nem das pessoas. Não é verdade. É porque V.Ex^{as} não gostam do povo pobre, porque a Embasa cuida do povo pobre do interior da Bahia. Os governos de V.Ex^{as} só enxergam a minha cidade do Salvador, V.Ex^{as} não sabem o que passa a população do interior. Muitos prefeitos têm dificuldade em cuidar da água nessa pactuação com a Embasa. É essa a questão que V.Ex^{as} têm, meu querido deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Concedo um aparte de 2 minutos a V.Ex^a.

O Sr. Carlos Geilson:- Depois me conceda um aparte, deputado.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado Rosemberg Pinto, o pronunciamento de V.Ex^a traz uma série de equívocos. Primeiro, ao se referir à imprensa. A imprensa livre da Bahia e do Brasil está vindo aqui cobrir uma sessão da Assembleia Legislativa que está votando um projeto importante para o Estado e para os baianos. Segundo, em relação à Petrobras, V.Ex^{as} “peterizaram” a Petrobras, fizeram muito pior do que qualquer privatização. Destruíram a empresa, as ações despencaram no mercado, a empresa vive seu pior momento em toda sua existência, em toda sua história, se transformou num verdadeiro cabide de empregos e balcão de negociatas promovidas por empresários e dirigentes partidários. Não é à toa que há uma CPI no Congresso Nacional.

Dizer que não gostamos de pobre, que não levamos água para o interior. Quero discutir, e estou doído para chegar a campanha. Porque V.Ex^{as}, ao longo desses oito anos, fizeram a política assistencialista, a política da cisterna, do poço artesiano. Enquanto nós fizemos a política para resolver definitivamente a vida das pessoas, construímos grandes barragens. Qual foi, deputado Zé Neto, a grande barragem que esse governo construiu nos 8 anos? Quero que V.Ex^a venha a público dizer. Não construiu uma grande barragem porque preferiu a política assistencialista, a política de ficar resolvendo problemas, condicionando o carro-pipa, porque uma cisterna, deputado Zé Neto, com 3, 4 meses, a água não serve para resolver o problema. O que vocês deveriam ter feito, nobre deputado Rosemberg Pinto, era dar continuidade ao plano de recursos hídricos aprovado em 2005, que previa a construção de grandes barragens. Parecia que iam ser feitas as adutoras, permitindo que fosse ligada a água definitivamente às residências para solucionar o problema de milhões e milhões de baianos. Dizer que não gosto de pobre? Vocês dizem que gostam de pobre, mas no discurso, na prática, vocês gostam das benesses do poder.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Temos uma diferença, deputado Bruno Reis. Nós gostamos e temos respeito pelo pobre. Vocês não gostam de pobreza. Eu vi como foram tratados os mendigos da cidade de Salvador. Não sou eu quem está dizendo,

são os jornais que estão dizendo, e o Ministério Público. Não estou aqui acusando ninguém, estou aqui dizendo que o Ministério Público ouviu e houve confirmação, inclusive, um secretário da Prefeitura de Salvador disse que não foi responsabilidade dele, também não disse de quem foi a responsabilidade. Não estou aqui afirmando que foi orientação do prefeito de Salvador, não estou afirmando. Foi o secretário do prefeito de Salvador que disse que não foi a secretaria dele, mas reconhece que a pobreza em Salvador é tratada de uma forma extremamente excludente.

É lógico que não queremos fazer obras faraônicas, queremos fazer as obras que a população precisa. Fazer barragem é a parte mais barata do processo, o difícil é pegar a água dali para transferir para a população carente e pobre, porque V.Ex^{as} não fizeram. O governo de V.Ex^a não cuidou disso e foi o nosso governo que veio cuidar de transferir a água daquelas barragens que foram feitas para que cada população pudesse consumir na sua casa.

Esse debate da Petrobras, deputado Bruno Reis, eu topo fazer aqui, porque quem quis privatizar a Petrobras foi Rodolpho Tourinho, do partido de V.Ex^a, não foi o nosso governador, o nosso presidente da Petrobras.

(Os deputados Bruno Reis e Zé Neto discutem no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por favor, deputados Bruno Reis e Zé Neto, o deputado Rosemberg Pinto está concluindo a sua fala. Senhores, vão para a sala do cafezinho.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Quero concluir dizendo o seguinte: não aceito as provocações... Sr. Presidente, posso concluir?

Concluo, dizendo que esse debate com a Petrobras eu quero fazer aqui, na CPI ou em qualquer lugar. Agora, é preciso que V.Ex^{as} respondam o que fizeram com a Petrobras para privatizar, os diversos vazamentos de óleo provocados, a troca do nome para Petrobrax, o adernamento da B-36, deixaram apenas 28 mil trabalhadores quando nós temos 80 mil hoje, quando vocês tratavam as mulheres, lá, como homens, eram técnicos, engenheiros. Nem das mulheres sabiam cuidar lá, na Petrobras.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre presidente, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, solicito que seja zerado o painel e se marquem os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a também será atendido.

Por favor, zerem o painel e marquem os 15 minutos.

Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas que estão nos seus gabinetes, na sala do cafezinho, por favor, dirijam-se imediatamente ao Plenário para restabelecermos o quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson. Depois, o deputado Bruno Reis.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, eu suspeitava que o deputado Zé Neto estivesse vivendo um processo de senilidade. Hoje, não mais suspeito. Eu tenho...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Carlos Geilson, permita-me, antes, ler um requerimento que há sobre a Mesa, solicitando a convocação de uma sessão extraordinária, conforme o inciso II, art. 92, do Regimento.

Aprovado o requerimento.

Continue, excelência.

O Sr. Carlos Geilson:- Eu suspeitava que o deputado Zé Neto estivesse vivendo um processo de senilidade. Diante do discurso que acabei de ouvir hoje, não tenho dúvida. O deputado Zé Neto falou tantas inverdades, tantas mentiras que acho que ele não consegue dormir. Não consegue dormir.

Eu não o chamarei de mentiroso. Digo que em um ato falho pronunciou inverdades no discurso. O deputado Zé Neto centrou fogo na Oposição, dizendo que quis privatizar a Petrobras. O governo do deputado Zé Neto não privatizou, mas quebrou a Petrobras. Isso é um fato.

Uma outra questão: ele tenta incutir na cabeça das pessoas, aproveitando-se dos mais incautos, que tanto o prefeito de Feira, Zé Ronaldo, quanto o prefeito de Salvador, ACM Neto, querem privatizar a Embasa. Agora, vocês, da imprensa, raciocinem: como é que o prefeito ACM Neto tem condições de privatizar um órgão do governo do Estado? Como é que o prefeito de Feira de Santana pode privatizar...

O Sr. Zé Neto:- Toma concessão.

O Sr. Carlos Geilson:- Calma!

(...) um órgão do governo do Estado?

O Sr. Zé Neto:- Toma concessão.

O Sr. Carlos Geilson:- Não. Não toma concessão coisa alguma. É porque, V.Ex^a sabe, para explorar a água tem de ter o O.K. do município.

Vocês estão falando em privatizar a Embasa. Mas o município tem de exigir a contrapartida. O município tem de exigir que a Embasa conserte as ruas. V.Ex^a sabe que são constantes as reclamações nos programas de rádio em Feira de Santana de que a Embasa arranca os paralelepípedos e não os recoloca. V.Ex^a sabe que lá ela abre valas nas ruas asfaltadas e não recompõe o asfalto. E não quer que o prefeito reclame. Faz o serviço muito malfeito e deixa lá o problema para que o prefeito resolva.

Outra questão, hoje estranhei que o deputado Rosemberg Pinto, político calmo, cordato, fugiu totalmente do seu natural. Quando se fala em Petrobras, ele se transforma, muda radicalmente, passa por um processo de metamorfose. Quer tirar Rosemberg do sério? É só falar da Petrobras, que o governo da presidente Dilma

Vana Rousseff quebrou a Petrobras, e esse homem fica louco, perde totalmente a razão, eleva o tom de voz, começa a falar e a gente nem consegue entender o que quis dizer.

Ele disse que foi esse governo que levou água para os baianos no interior. V.Ex^a não conhece a realidade. O deputado Zé Neto deveria socorrê-lo, porque sabe que lá, em Anguera, falta água, que em Ipecaetá falta água...

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. Carlos Geilson:- Tenha educação, deputado! Tenha educação.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a está mal-informado.

O Sr. Carlos Geilson:- Não estou mal-informado, não. É porque o benefício não chegou, não tem água.

(O deputado Zé Neto fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Zé Neto,...

Deputado Carlos Geilson, sua questão de ordem é?...

O Sr. Carlos Geilson:- Hoje não tem água, deputado Zé Neto. Quer tapar o sol com a peneira? Todos os anguerenses, serrapretenses, ipecaetenses...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Sua questão de ordem, deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a pode estourar de votos, não me incomodo, não. Quero que V.Ex^a se eleja pois acho que é um quadro importante para esta Casa, como desejo, e peço a Deus também, que a deputada Graça Pimenta se reeleja, porque são feirenses que fazem jus ao voto do feirense.

O Sr. José de Arimatéia:- V.Ex^a se esqueceu de mim. Eu também represento Feira.

O Sr. Carlos Geilson:- Arimatéia não é feirense nato. Falei primeiro dos feirenses natos, isso não quer dizer que...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Carlos Geilson, V.Ex^a já utilizou os 5 minutos e ainda não colocou sua questão de ordem.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a tem de ser penalizado porque trocou o meu nome.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Contei com o perdão e a generosidade de V.Ex^a.

O Sr. Carlos Geilson:- Só para concluir, falei primeiramente dos feirenses que amam Feira de Santana, que nasceram em Feira. Isso não quer dizer que sejamos superiores a quem chegou em Feira de Santana e, hoje, ama essa terra, a nossa querida Princesa do Sertão, como é o caso do deputado José Coriolano de Paiva, o nosso querido José de Arimatéia. Pode vir sentar do lado de cá.

É isso que eu queria dizer e rebater, porque o deputado Zé Neto falou, falou e disse algumas inverdades, porque nem o prefeito de Feira nem o prefeito de Salvador têm condições de privatizar a Embasa. Mesmo se fosse o caso, legalmente não poderiam. São apenas palavras ao vento, e é o hábito do deputado Zé Neto de fazer espuma.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Feito o seu registro, não preciso indeferir, pois não houve questão de ordem.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem do deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, felizmente, na eleição próxima a Oposição, que caminha para ter mais tempo de TV do que o candidato do governo, haja vista que o nosso candidato a governador, Paulo Souto, já tem o apoio confirmado de 17 partidos, podendo chegar a 19, vamos ter a oportunidade de desmistificar, desmentir o que o PT pregou praticamente sozinho ao longo desses 8 anos.

Vai ter um quadro no programa eleitoral: as mentiras do PT. O PT vai para a TV e diz que foram alfabetizados mais de 1 milhão e 200 mil cidadãos baianos através do TOPA. Vem o IBGE e desmente, dizendo que foram apenas 132 mil. Mais uma mentira do PT.

O PT vai à TV e diz que construiu cinco grandes hospitais em 8 anos. Mais uma mentira. Construiu apenas dois, porque o hospital da minha terra, Juazeiro, já estava com a obra física praticamente concluída, o de Irecê precisava somente do sistema de ar condicionado e o de Santo Antônio de Jesus precisava apenas dos equipamentos. Construiu dois...

O Sr. Zé Neto:- Apenas os equipamentos!

A Sr^a Fátima Nunes:- Foram 14 anos sem fazer nada!

O Sr. Bruno Reis:- Deputada, 14 anos sem fazer? Desses 14 anos, oito anos foram do governo de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- O deputado Bruno Reis está com a palavra! Quem quiser se manifestar deve pedir questão de ordem.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- V.Ex^a está inscrito.

O Sr. Bruno Reis:- Eram feitos por emendas parlamentares do deputado Ursicino Pinto de Queiroz, não era o Estado que estava fazendo. O Estado tinha depositado a contrapartida. A única responsabilidade do Estado com esse hospital era de emenda parlamentar de um deputado.

A Sr^a Fátima Nunes:- Foram 14 anos sem fazer nada!

O Sr. Bruno Reis:- Vocês fizeram o Hospital do Subúrbio, um grande hospital, e estão de parabéns.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Senhores, senhoras!

O Sr. Bruno Reis:- Fizeram também o Hospital da Criança, que não era prioridade. Talvez a prioridade fosse construir um hospital geral no lugar do Hospital da Criança e transformar o Hospital Clériston Andrade num hospital da criança.

A Sr^a Fátima Nunes:- Respeite o PT. Pare de dizer que o PT é mentiroso!

O Sr. Bruno Reis:- Vocês vão para televisão e dizem que contemplaram 5 milhões de famílias.

A Sr^a Fátima Nunes: Deputado, 14 anos não são 14 dias!

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputada, a senhora quer utilizar a questão de ordem depois?

A Sr^a Fátima Nunes:- Eu vou me inscrever, deputado.

O Sr. Bruno Reis:- Vou explicar a V.Ex^a, que não conhece Santo Antônio de Jesus. Preciso explicar a política de Santo Antônio de Jesus para a senhora.

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a está achando ruim eu defender o meu partido?

O Sr. Bruno Reis:- Em Santo Antônio de Jesus havia um deputado federal chamado Ursicino Pinto de Queiroz. Foi ele quem começou a construir esse hospital, por meio de emendas parlamentares de sua autoria. Nunca foi um hospital estadual, nem municipal.

A Sr^a Fátima Nunes: Deputado, 14 anos não são 14 dias!

O Sr. Bruno Reis:- Então, os 14 anos a que V.Ex^a se refere...

A Sr^a Fátima Nunes: Deputado, 14 anos não são 14 dias!

O Sr. Bruno Reis:- Foi porque os hospitais foram feitos com recursos de emendas parlamentares. Quando esse hospital foi transferido para o Estado, o Estado depositou a contrapartida. Então, V.Ex^as chegaram somente para equipar o hospital.

O Sr. Zé Neto:- Somente para equipar o hospital?

O Sr. Bruno Reis:- Quando o Estado assumiu, o hospital ficou pronto, para conhecimento de V.Ex^a.

É melhor V.Ex^a se informar, para não falar asneiras sem conhecer!

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a está achando ruim eu defender o meu partido?

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Senhoras e senhores, por favor

O Sr. Bruno Reis:- O Hospital de Santo Antônio de Jesus era de emenda parlamentar, não era do Estado da Bahia.

A Sr^a Fátima Nunes:- Pare de dizer que o PT está mentindo!

O Sr. Bruno Reis:- É verdade! É verdade! V.Ex^a está transferindo uma responsabilidade que não era do governo do Estado da época. A responsabilidade do governo do Estado foi cumprida. Aliás, quem fez cinco hospitais em quatro anos foi Paulo Souto. Ele fez o Hospital do Oeste, em Barreiras; fez o Hospital Dantas Bião, em Alagoinhas – colocou o hospital no chão e construiu outro –, o deputado Joseildo Ramos está de prova; fez o Hospital Novo de Ribeira do Pombal; fez a maternidade José Maria de Magalhães no Pau Miúdo...

O Sr. Joseildo Ramos:- É mentira! Não fez! Não construiu, não.

O Sr. Bruno Reis:- Você sabe que o governo botou o hospital no chão e reconstruiu um hospital novo em Alagoinhas.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Srs. Deputados, por favor.

O Sr. Bruno Reis:- O nosso governo foi quem fez o Hospital do Coração em Salvador.

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a quer que o povo morra doente!

O Sr. Bruno Reis:- Esse vai ser o debate, nobre deputada Fátima Nunes, que nós vamos travar.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a mexeu num vespeiro, deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Aí vem a questão da água! Vocês dizem que atenderam a 5 milhões de famílias. Eu fui olhar o relatório da Embasa...

O Sr. Carlos Geilson:- O PT está desesperado!

O Sr. Bruno Reis:- Está no relatório da Embasa: Irecê... O governo fez um

sistema de água no distrito e coloca “população beneficiada: 70.000 habitantes.” Coloca a população toda da cidade! Em Feira de Santana, fez no bairro um sistema de água e coloca 500.000 habitantes como beneficiados.

Assim é fácil chegar aos 5 milhões! Aí vem o mesmo IBGE e diz: “Epa, não são 5 milhões, não. Foram 800 mil ligações.”

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Bruno Reis, há outro deputado inscrito.

O Sr. Bruno Reis:- É esse o debate que vai ser travado. O debate da mentira do PT contra o debate da verdade da realidade.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Não adianta o desespero, deputado Bruno Reis. V.Ex^a acabou de confessar o seguinte: em Santo Antônio de Jesus restava apenas comprar os equipamentos! Pelo amor de Deus, confessou! Só havia o esqueleto lá, realmente. Não tinha nada lá. Tinha um esqueleto abandonado por 14 anos. V.Ex^a confessou! Ele acabou confessando, só faltavam os equipamentos. O hospital só tinha o esqueleto. Foram 14 anos de esqueleto parado, Excelência.

O Sr. Carlos Geilson:- A hora do remédio está chegando.

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Deputado Zé Neto, já são 18h.

O Sr. Zé Neto:- Está parado! V.Ex^a está parado! Um hospital com 20 leitos de UTI, especializado, inclusive, no atendimento de imagem...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- São 18h.

O Sr. Zé Neto:- Deputado Bruno Reis, esse desespero de V.Ex^a, realmente...

O Sr. PRESIDENTE (Yulo Oiticica):- Por ausência de quórum e pelo horário regimental já esgotado, declaro encerrada esta sessão e convoco uma sessão extraordinária a ser iniciada 2 minutos após o término desta.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*